FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

Programa Institucional de Bolsas de Extensão-PIBEX 2009

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO: "DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS URBANAS E RURAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO"

UNIR / 2010

Luis Fernando Novoa Garzon[1]

l.novoa@uol.com.br

1. RESUMO DO PROJETO

O presente projeto deu ensejo à primeira incursão em campo do Grupo de Pesquisa "Poder Político e Políticas nas bordas da Amazônia" criado no âmbito do Departamento de Ciências Sociais. Na região de Porto Velho e adjacências configurou-se, a partir do início das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira em 2008, uma dinâmica social de novo tipo, com descontinuidades intensificadas no espaço e no tempo. Seu propósito foi iniciar o acompanhamento, em parceria com representantes das comunidades diretamente afetadas e movimentos sociais representativos das mesmas, das transformações observáveis ao longo da implementação do Complexo Hidrelétrico do Madeira.

As hipóteses e as constatações iniciais, embutidas no próprio titulo do projeto, denotam que o formato técnico e social proposto para o empreendimento, bem como o contexto de precariedade político-institucional em que vêm se dando sua implementação, predispunham as comunidades ribeirinhas a uma profunda desestruturação social e ambiental. O início da construção das UHEs literalmente se tornou uma contagem regressiva da integridade do modo de vida dessas populações tradicionais, não apenas daquelas que foram ou serão diretamente afetadas. Daí a necessidade dessas comunidades serem, na direção oposta, alvo de políticas públicas adicionais, para além das parcas medidas de compensação e mitigação previstas no licenciamento das obras.

O objetivo deste projeto foi o de proporcionar referenciais preliminares dos "impactos" ou dos efeitos desfigurantes em curso, a partir pesquisas participativas nas comunidades, direta e indiretamente, afetadas pelas obras das duas UHEs. Esses referenciais foram construídos a partir das observações, reflexões e aportes dos

[1] Professor do Departamento de Ciências Sociais da UNIR e doutorando do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/IPPUR-UFRJ.

pesquisadores, acadêmicos do curso de Ciências Sociais que se vincularam ao projeto, dois deles bolsistas do PIBEX e mais três voluntários. Este grupo de acadêmicos está vinculado à linha de pesquisa "Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional,Planejamento Urbano e Territorial, projetos de infra-estrutura e impactos sócio-econômicos-ambientais" a cargo do coordenador deste projeto, e todos eles procuram desenvolver suas monografias nesse âmbito. Seguem adjuntos nesse relatório cinco artigos resultantes desse trabalho de pesquisa e extensão em 2009. Cumpre notar que o projeto se perenizou e recebeu novas adesões de acadêmicos do curso de Ciências Sociais, além de estabelecer parceria pontual com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Sobretudo cabe ressaltar a parceria permanente e sistemática de lideranças comunitárias das comunidades de Mutum-Paraná, Jaci-Paraná, Joana D'arc e da agrovila Novo Engenho Velho nas atividades promovidas por este grupo de pesquisa e extensão, bem como de militantes e dirigentes do Movimento de Atingidos por Barragens(MAB)-Rondônia. Reitera-se também as vínculações, referências metodológicas e orientações, diretas e indiretas, do Laboratório ETTERN, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, em que este coordenador realiza seu doutoramento.

2. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa e extensão se debruçou sobre as áreas de impacto direto e indireto das UHEs de Santo Antônio e Jirau, especificamente no assentamento de Joana D'arc, nos distritos de Jaci-Paraná e Mutum-Paraná e na Agrovila de Novo Engenho Velho. Nosso objetivo geral foi e continua sendo averiguar a adequação das medidas de salvaguarda e de mitigação previstas nas respectivas Licenças Prévias e de Instalação e bem como nas condicionantes nelas apostas e nos PBAs decorrentes, frente aos processos de desestruturação social e ambiental já em curso e em tendência.

Em cada comunidade alvo da extensão implementada processou-se um diagnóstico interativo com resultados diferenciados, como veremos a seguir, de acordo com o tipo predominante de impacto, o perfil social dos grupos afetados e seu grau de organização autônoma.

No caso de Mutum-Paraná e Joana D'arc, os dois agrupamentos tem parte ou a totalidade de suas delimitações, afetadas ou pelos futuros reservatórios ou pelas Áreas de Proteção Permanentes(APPs) no seu entorno. No primeiro caso, praticamente todo o distrito e arredores sofrerá tal afetação, e um novo nucleamento urbano está sendo providenciado pelo Consórcio ESBR, além de áreas específicas de assentamento rural e ribeirinho. No segundo caso, será necessário um reassentamento sob coordenação dupla, do Consórcio Santo Antônio Energia e do INCRA, dos lotes ribeirinhos e também os situados próximos ao igarapés que deságuam na calha do rio Madeira, que serão inundados de forma permanente. Os trabalhos de Paula Stolerman e Guilhermo Veppo, situam, preliminarmente, o "estado da arte" das negociações e trâmites desse realocamento e ainda contribuíram para fortalecer a organização autônoma(em relação às empresas)dos grupos de futuros afetados nas duas comunidades, em colaboração com o MAB-RO, que é parceiro desse projeto.

Em Jaci-Paraná, a afetação se dá mais pelo fato de sua localização entre as duas UHEs, contribuir para a "estocagem" de mão-de-obra das duas construções, em particular da UHE de Jirau. Informações obtidas junto ao administrador do distrito, em novembro de 2009, dão conta de uma população fixa e flutuante em torno de 15 mil pessoas, quando há três anos não passava de 4 mil habitantes. Essa explosão demográfica concentrada no espaço e no tempo, apesar de previsível, não contou com medidas de anteparo relativas à infra-estrutura social e urbana, que comportassem esse acréscimo populacional. O artigo de Daniela Moreira apresenta esse cenário tornado caótico pela falta de planejamento prévio e de medidas compensatórias proporcionais aos impactos combinados das duas construções sobre o distrito.

A agrovila de Novo Engenho Velho foi o primeiro reassentamento concluído nos primeiros meses de 2009, por conta da construção do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio. Nesta agrovila se dá o teste decisivo da impermeabilidade do empreendimento às reivindicações e necessidades das comunidades ribeirinhas afetadas.

O local escolhido para o reassentamento, o formato de agrovila semi-urbano e o tipo de equipamento social e de produção disponibilizado, inviabilizam o modo de vida anterior da comunidade de Engenho Velho, situada na margem esquerda daquela que era a cachoeira de Santo Antônio. Os artigos de Inaê Nogueira, Taiana Nascimento e Flávia Veppo procuram constatar e diagnosticar essa inadequação ou falta de equivalência de condições de vida, tal como prescrito no Projeto Básico Ambiental da UHE de Santo Antônio.

3. RESULTADOS

A partir do acompanhamento e análise documental do processo de licenciamento ambiental das UHEs do Madeira, desde 2006, e da observação direta das Audiências Públicas, "reuniões participativas" e seminários técnicos vinculados a ele, apresentei em revistas científicas, publicações de movimentos sociais e ONGs e veículos de imprensa nacionais, ao longo dos últimos anos, a diagnose de um preocupante rebaixamento do processo do licenciamento a partir das concessões e flexibilizações feitas para a aprovação desses dois aproveitamentos hidrelétricos no rio Madeira.

A política de atração de investimentos para o setor de infra-estrutura, especialmente no setor elétrico, em grande parte privatizado desde os anos 90, aprofundou-se no Governo Lula nos marcos do PAC- Programa de Aceleração de Crescimento. Esse programa, visto de forma rasteira e superficial é tido apenas como um programa de execução de grandes obras, quando na verdade compreende também a criação de um conjunto de "facilidades" regulatórias e creditícias, através de reformas administrativas e setoriais nos órgãos e na legislação ambiental, bem como na reestruturação do BNDES. Essa conjunção materializada com a emissão das Licenças Prévia e de Instalação e do leilão das usinas do Madeira, fez surgir um novo e temerário paradigma de licenciamento, que qualifiquei de "automático", que fornece um salvo-conduto para toda uma nova geração de grandes hidrelétricas na Amazônia, previstas no PAC e na IIRSA.(Garzon, 2008, p.40)

Instalados os canteiros de obras das duas usinas, impunha-se verificar como a precarização e flexibilização de seu licenciamento se refletiria na sua implementação efetiva e específica, em particular nas comunidades diretamente afetadas. O presente projeto de pesquisa e extensão procurou avaliar a consistência e a adequação das ações de remanejamento e as medidas de compensação e mitigação dos impactos previstos nas comunidades a montante das UHE de Jirau e Santo Antônio.

Agrovila de Novo Engenho Velho:

a) Verificação, através de depoimentos e por observação direta, da falta de equivalência entre os rendimentos das famílias quando residentes na antiga comunidade de Engenho Velho e os atuais, provenientes de uma área de produção agrícola, insuficiente e improdutiva, da forma como se apresenta atualmente.

b) Constatação da necessidade, reafirmada por todos moradores em recente assembléia com a presença desse coordenador e dos pesquisadores do projeto, de extensão do plano de compensação, inicialmente pago aos moradores quando de sua retirada, enquanto não se consolida uma área de produção digna deste nome.

c) Necessidade de efetivação imediata dos serviços médicos e de saúde com base no posto de saúde já finalizado e disponibilizado pelo Consórcio SAESA, devido às dificuldades de deslocamento para unidade de saúde, para atendimentos de rotina. Além disso, cabe frisar a necessidade de acompanhamento psico-social intenso e continuado das famílias realocados, pois ao longo da pesquisa constatamos vários de casos de moradores em estado depressão, sob forte medicação.

d) Criação de vínculo perene do grupo de pesquisa e extensão com a Associação de Moradores da agrovila, o que facilita a continuidade de iniciativas posteriores de cooperação e capacitação da comunidade.

Assentamento Joana D'arc:

a)Levantamento histórico da formação do assentamento, a partir dos testemunhos orais dos primeiros moradores e da análise dos documentos do INCRA, documentação que estava esparsa e pulverizada nos arquivos do órgão. Esse levantamento foi um passo relevante na afirmação da identidade desses assentados, em grande parte invisibilizados pelos órgãos públicos e vitimas contumazes de madeireiros e grileiros. Esse identidade, fraturada ou semi-invisibilizada, serviu ao Consórcio SAESA no início das negociações, em sua tentativa de rebaixar ao máximo os custos da realocação. Nesse sentido, a apresentação de um espelho sistematizado da própria comunidade para ela mesma, através de reuniões e oficinas, contribuiu para fortalecer e legitimar a posição dos duplamente atingidos de Joana D'arc, atingidos primeiro pelo precário assentamento do Incra e agora pelas obras da UHE de Santo Antônio, nas negociações com o órgão e com o consórcio, que seguem.

b) Com a realização deste projeto de extensão no Assentamento, e a atuação de lideranças do MAB da localidade, foi possível reabrir canais que estavam

emperrados junto ao INCRA, a respeito da regularização, demarcação e titulação dos loteamentos, pré-requisito indispensável para que a negociação com o Consórcio SAESA pudesse se desenrolar com um mínimo de equivalência das partes.

c)Obteve-se, no âmbito desse projeto, da equipe do INCRA associada à técnicos do Consórcio SAESA, o primeiro mapa detalhado da área de inundação a montante de Santo Antônio. Mapa que não havia sido disponibilizado aos moradores de Joana D'arc, e que agora tem servido à comunidade na sua organização diferenciada, de acordo com os graus de afetação.

d)A execução do presente projeto contribuiu por isso tudo para respaldar e legitimar a coordenação local do MAB em Joana D'arc em um momento crucial para a comunidade. Junto com o MAB, contribuímos para a construção de uma pauta de reivindicações própria, aprovada em assembléias sem interferência do Consórcio, com destaque para a concepção de um novo tipo de reassentamento rural, totalmente distinto do modelo de agrovila, que o Consórcio pretendia impor como opção de realocação, afora a de indenização monetária pura e simples.

Jaci-Paraná:

a) Identificação preliminar das medidas compensatórias previstas para o distrito de Jaci-Paraná nos PBAs dos dois consórcios, e seu cronograma de implementação, montante até agora não de todo esclarecido, informação que é nebulosa até mesmo para a Prefeitura Municipal de Porto Velho, que deveria ser a primeira interessada nessas ações compensatórias e mitigatórias.

b) Verificação de consideráveis discrepâncias entre a demanda adicionada por serviços públicos(saúde e educação), moradia, regularização fundiária e transportes no distrito e as medidas previstas.

c) Constatação do negligenciamento, por parte do legislativo municipal e da Prefeitura Municipal de Porto Velho, quando da elaboração do Plano Diretor Urbano do Muncípio, em 2009, das novas condições sociais e demográficas do distrito Jaci-Paraná a partir do início das obras das usinas, ainda em 2008.

d) Subsídio técnico-informativo para lideranças comunitárias e associações representativas de Jaci-Paraná no sentido de medidas de adequação e de previsão de programas e de recursos adicionais dos Planos de Compensação Social previstos para o distrito, e que não contemplam a situação dramática vivida pelo distrito nos últimos dois anos, com relação à precariedade do atendimento médico, vagas escolares, transporte, habitação, saneamento e segurança pública.

Mutum-Paraná:

a) Verificação de um injustificável grau de desinformação da população de Mutum-Paraná a respeito dos critérios de realocação para Nova Mutum e/ou de indenização/carta de crédito, apesar da propaganda do Consórcio ESBR em contrário.

b) Registro e análise da política de comunicação da empresa, de seu "discurso", demonstrando sua artificialidade quando comparado com as práticas empresariais em vigor na comunidade.

c) Contribuição direta da atividade de pesquisa e extensão no subsídio e preparação da organização independente da comunidade de Mutum-Paraná, obrigando a empresa a receber uma comissão representativa dos moradores referenciada no MAB.

d) Construção de uma nova pauta de reivindicações apontando exigências da comunidade quanto ao seu reassentamento, garantias e benefícios acoplados.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Esse projeto de pesquisa e extensão, em sua primeira etapa, identificou as primeiras conseqüências do rebaixamento a que foi submetido o licenciamento das UHEs no rio Madeira. O problema de origem é a alteração regulamentar(aprovada pelo IBAMA) dos patamares de suficiência de comprovações técnicas e de compromissos públicos requeridos para atestar a viabilidade ambiental e social das duas usinas. As premissas das quais partimos indicavam as seguintes lacunas e/ou incongruências no processo de licenciamento:

a) Minimização das áreas de impacto direto e indireto com a exclusão do território Bolívia e das áreas a jusante.

b) Anulação da necessidade prévia dos estudos de bacia.

c) Adoção de metodologias e critérios de certificação que minimizam e mascaram os danos.

d) Definição arbitrária dos Consórcios dos próprios critérios de suficiência ou de insuficiência de estudos, e medidas mitigatórias e compensações decorrentes.

e) Aprovação das Licenças Prévias e de Instalação com condicionantes que procuram substituir o vazio de informação e de diagnóstico pelo monitoramento das incertezas, o que significa que os empreendedores adquiriam autonomia para definir as próprios parâmetros da instalação e operação das usinas.

Esses "vícios de origem" no processo de licenciamento das UHEs do rio Madeira reproduziram-se e desdobraram-se no momento de elaboração e de implementação dos Projetos Básicos Ambientais a cargo dos Consórcios ESBR e Santo Antônio Energia. Nos dois PBAs consta o princípio de que o empreendedor fica obrigado a recompor as condições de vida e das atividades produtivas na área diretamente afetada pelas obras e pela formação do reservatório. Em tese, a

recomposição das atividades e da qualidade de vida, por meio de indenização justa ou do remanejamento, deveria se dar "em condições pelo menos equivalentes às atuais". O Programa de Remanejamento a cargo do Consórcio Santo Antonio Energia se compromete a oferecer indenização ou um processo de realocamento de modo que "todos os afetados deverão ter condições de ser remanejados para uma propriedade pelo menos equivalente."

No entanto, não foram prescritos ou previstos indicadores, critérios e metas para que essa obrigação fosse cumprida, ou seja, sobre como seria essa "recomposição", com que meios, recursos e prazos**.** Esse negligenciamento, omissão, falta de detalhamento das diretrizes constantes no PBAs das UHEs de Jirau e Santo Antonio é que justifica, dá pertinência a este projeto de pesquisa e extensão, e que permanece em execução, independentemente da disponibilização de bolsas do PROCEA para tal fim, como aliás já ficou demonstrado com a adesão voluntária de vários graduandos do curso de Ciências Sociais. Os cinco artigos que seguem são a conclusão de uma primeira etapa de identificação e diagnóstico das insuficiências, irregularidades e lacunas do processo de instalação das usinas do Madeira.

5. ARTIGOS

A miragem de Nova Mutum: análise preliminar do discurso da empresa Energia Sustentável do Brasil

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Paula Stolerman (Voluntária)

poletegtg@hotmail.com

Município de Mutum-Paraná / RO.

RESUMO

Partindo-se da concepção da análise crítica do discurso, como um modo de decompor os interesses em jogo na prática discursiva que buscam reproduzir ou questionar a ordem vigente (social, econômica e ideológica) que orienta o discurso hegemônico, o propósito do artigo é analisar manifestações discursivas do Consórcio "Energia Sustentável do Brasil", concessionária responsável pela construção da UHE de Jirau, no rio Madeira (RO). A obra é considerada pela empresa como "um dos maiores empreendimentos hidrelétricos já realizados no país", e é tida como de importância capital seja para o setor privado nacional e internacional seja pelo setor público, em seus diversos níveis, carecendo portanto de um discurso legitimador, de caráter social e ambiental, com eficácia proporcional à importância que lhe é conferida.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Análise do discurso, Ambientalização, Conflito de interesses.

Introdução

A partir da entrega do "Relatório Nosso Futuro Comum" no ano de 1987, pela comissão mundial sobre meio-ambiente e desenvolvimento à Assembléia geral da ONU(Ribeiro,1996) as empresas acusadas de degradarem o ambiente passaram crescentemente a utilizar um discurso "ambientalizado", não posicionando-se mais como agentes da poluição,destruidoras do meio ambiente, mas sim como promotoras de um novo e emergente desenvolvimento intitulado "sustentável". (Lopes, 2004)

Esse discurso, no entanto, não seria prova de mudanças efetivas nos padrões e práticas das grandes empresas poluidoras e sim mais uma manobra para terem suas práticas legitimadas pela sociedade.

O Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Jirau, é junto como o AHE de Santo Antônio, um dos principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Sua construção justifica-se, segundo a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, por aumentar a oferta de energia gerada pelo país, resultando em aumento de crescimento econômico, gerando mais emprego e renda para a população, tal como consta no próprio sítio da Agência[2].

Um empreendimento de tamanhas dimensões, com um reservatório esperado de 258 km², desconsiderando-se os efeitos de remanso e de sedimentação - identificados insuficientemente nos estudos de viabilidade - gera conseqüências, alterações irreversíveis[3], os chamados impactos, ambientais e sociais, que desestruturam as comunidades ribeirinhas e suas formas particulares de vida e produção.

Partindo-se da concepção de Fairclough da análise crítica do discurso, como "uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modelo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes." (Fairclough, 2008), nosso propósito é analisar manifestações discursivas do Consórcio ESBR, responsável pela construção do AHE Jirau, "um dos maiores empreendimentos hidrelétricos já realizados no país", considerado de extrema importância seja para o setor privado direta e indiretamente beneficiado seja pelo setor público, em seus diversos níveis, beneficiado por royalties além de benefícios eleitorais. O material discursivo a ser analisado está contido em peças publicitárias veiculadas no período compreendido entre o ano de 2008 e 2009, assim como falas de habitantes do distrito de Mutum-Paraná, localidade de aproximadamente 1.800 moradores(cerca de 450 famílias) que encontra-se na chamada AID (área de influência direta), a área que será totalmente coberta pelo reservatório da barragem,colhidas através de questionários semi-estruturados, aplicados durante o meses de agosto a dezembro de 2009[4].

Compreender as práticas discursivas como práticas sociais pressupõe uma série de ações interpretativas destes discursos que não puramente análises gramaticais, lexicais, mas análises que tratem de seu conteúdo como produto sócio-histórico dos

---

[2] Disponível em: www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/perguntas)

[3] "se for feita a obra prevista, *a Natureza será outra*; propor a obra, apoiá - la, é *um ato político*; se implantada a obra, *a sociedade sofrerá transformações radicais*. É disto que não tratam os tais estudos de "inserção regional" e de "avaliação de impactos", porque não podem tratar. Pois criam seu próprio linguajar de aparência neutra e ponderada, cuja função justamente é a de negar o ato político, a de ocultar a alteração da Natureza e a transformação radical da sociedade" (SEVÁ,2004, p.13)

[4] Consta nos anexos deste relatório final

agentes constitutivos do discurso que têm funções bem específicas enquanto agentes da manutenção, contestação ou reprodução deste (Pinto,2002).

Na análise crítica do discurso de Fairclough:

> "...Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave...de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais...e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso" (2008, p. 22).

Os discursos não seriam apenas entidades representativas dos fenômenos sociais ou de categorias sociais manifestadas. Os discursos seriam também os próprios constituintes dos fenômenos sociais, portanto capazes de posicionar as pessoas em diferentes sujeitos sociais de acordo com suas proposições.

Batalha discursiva

As organizações ambientalistas, e seus elos empresariais, conseguiram promover de tal forma a temática do "esgotamento dos recursos naturais" que foram capazes de mobilizar um contingente realmente grande de recursos, capazes de estruturar o que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento no ano de 1992, no Rio de Janeiro. Um pouco antes, no ano de 1987, a comissão mundial sobre meio-ambiente e desenvolvimento entregou à assembléia geral da ONU, já sob pressão dos ambientalistas, e de seus patrocinadores ansiosos por novos mercados e por novos discurso legitimadores, o "Relatório Nosso Futuro Comum" pioneiro na propagação da idéia de desenvolvimento sustentável. (Ribeiro,1992)

É preciso avaliar de que forma as práticas discursivas em torno do "desenvolvimento sustentável" legitimam práticas consumadas já operantes na lógica do capitalismo, que assim encontram, na novidade do discurso de sustentabilidade, uma excelente roupagem. Os fatores de localização dos investimentos cada vez mais presididos pela minimização dos custos operacionais passariam a contar com uma eficiente "cosmética" social e ambiental.

O discurso de sustentabilidade por isso mesmo vem sofrendo críticas por historicamente não ter se constituído em qualquer garantia para as populações tradicionais vitimas das práticas por ele encobertas. Esse discurso não tem evitado o abuso e a violação dos direitos dessas populações, nem mesmo serviu para que as chamadas "formas avançadas do capitalismo" sofressem qualquer tipo de desaceleração ou readequação (ACSERALD, 2004, p 3). Além disso, as próprias construções discursivas do recentemente formulado conceito de desenvolvimento sustentável não estão bem definidas, como verificável em trechos do anteriormente mencionado relatório nosso futuro comum:

> "O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas ligados a pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver

uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios."[5]

"Para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações de uma vida melhor. (...) Uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza generalizada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades" [6]

O discurso da Energia Sustentável do Brasil e as falas da população local

A seguir é transcrita e descrita parte de informe publicitário,[7] em formato audiovisual, do Consórcio Energia Sustentável do Brasil. Estas primeiras falas são apenas legendas, acompanhadas de ruídos de animais silvestres, como se ouvíssemos sons típicos de uma floresta e as imagens de uma mata fechada, como se olhássemos para o alto, dentro da mata:

"Um país precisa de energia para sustentar o seu desenvolvimento"

"Precisa de energia para gerar mais empregos"

"Para dar uma força a quem quer produzir"

"Precisa de energia para tirar as pessoas da exclusão"

"E dar a todos mais qualidade de vida"

"O Brasil precisa de energia para ser ainda mais Brasil"

A seguir há um corte onde são exibidas imagens das obras da usina, com ênfase em seus números. Recorre-se a um narrador:

"A Energia Sustentável do Brasil foi criada para investir na implantação e operação da usina da hidrelétrica Jirau.A obra, um empreendimento do complexo do Rio Madeira, é hoje um dos maiores projetos da engenharia mundial.Estima-se que o investimento em Jirau ultrapasse a marca dos 10 bilhões de reais.Jirau tem um papel estratégico no Pac, plano de aceleração do crescimento do Governo Federal.Serão 3.450 MW de capacidade instalada, energia assegurada superior à 2000 MW médios, suficientes para abastecer mais de 10 milhões de residências (neste momento aparecem imagens do centro da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, em projeção acelerada).Voltando para imagens das obras:Mas a grandeza dessa obra não se mede apenas pelo potencial de suas 46 turbinas ou por outros números que impressionam, está no que ela pode fazer pelas pessoas.Está no que ela está gerando e ainda vai gerar.Está no compromisso social e ambiental que alicerça(neste momento aparecem alguns habitantes de Mutum-Paraná, com expressão de felicidade, assim como funcionários da empresa)cada etapa de sua construção.O respeito á cultura, aos valores do passado,(imagens do patrimônio histórico da região)e aos sonhos de futura das comunidades.

[5] Idem

[6] Apud in: RIBEIRO, W. C. et AL. Desenvolvimento sustentável:mito ou realidade.Terra Livre. São Paulo, n.11/12, p 91-101,1996

[7] Audiovisual que consta dos anexos do relatório final

Neste momento, o filme exibe, sem narrador, uma menina loura com um cartaz com a palavra "criar",um menino negro com "gerar",um menino oriental com "melhorar" e uma menina branca com cabelos escuros "´reservar". Uma menina com cabelos cacheados assinala no ar e surge a logomarca da empresa, o narrador retorna: "essa é a base da história do sucesso da empresas que formam a energia sustentável do Brasil"

Com base no questionário semi-estruturado utilizado na pesquisa de campo, pode ser observado o contrate entre a fala da comunidade construída pela empresa e a fala dos próprios habitantes de Mutum. Eis algumas delas, que foram coletadas na pesquisa:

"Primeiro estão construindo as casas dos funcionários".

"Se fosse democracia muitos não sairiam".

"Não tem comunicação com a administração".

"Não temos acesso às reportagens que saem sobre Mutum".

"Estamos boiando no remanso".

"Não tem barragem no mundo que barre essa água".

"Se alguém for prejudicado é por culpa da pessoa."

"Como comerciante tenho que ser neutra".

"Estamos acuados".

"Quero o valor da minha casa na minha mão".

"Se tivéssemos um meio de dizer não e ficar perto de Mutum seria bom".

"A empresa nos trata muito bem mas não dá atenção aos moradores".

"A empresa prometeu trazer o pessoal do INCRA mas não trouxe".

"A população não sabe das reuniões com antecedência".

"Foram muito bem atendidos em Nova-Mutum".

Verificando a expressão destes dois tipos de fala, percebemos imediatamente um conflito entre as informações provenientes de uma e de outra fonte. No caso da publicidade da empresa, é perceptível a intenção de provocar a associação da natureza conservada à sua construção, primeiramente através das imagens da floresta exibidas enquanto as legendas vão aparecendo para o espectador.

A fala da comerciante que diz ter necessidade de ser "neutra", na lista de frases transcritas anteriormente, pode ser uma boa demonstração do fenômeno que Pierre Bourdieu (2000, p.3) chamou de "poder simbólico", ou de "sistemas simbólicos", que têm capacidade de produção de uma dominação consentida e acatada:

> "En cuanto instrumentos estructurados y estructurantes de comunicación y de conocimiento, 'los sistemas simbólicos' cumplen su función de instrumentos o de imposición de legitimación de la dominación que contribuyen a asegurar la dominación de una clase sobre otra (violencia simbólica) aportando el refuerzo de su propia fuerza a las relaciones de fuerza que las fundan, y

contribuyendo así, según la expresión de Weber, a la 'domesticación de los dominados'."

CONCLUSÃO

A proposta publicitária da Consórcio ENERSUS pode ser lida como uma prática de legitimação de sua construção "faraônica", auto-referente, voltada exclusivamente para os interesses das construtoras e dos grandes consumidores de energia, e que nada ou muito pouco tem a ver com a realidade daquela observada na pequena comunidade de Mutum-Paraná. Enquanto os olhos dos moradores se voltam para o rio ou para a floresta, e para seu uso compartilhado, vai sendo travada uma luta no plano das ordens do discurso, luta silenciosa, e com requintes de crueldade, pois todo o progresso, desenvolvimento, e fenômenos afins alardeados, emergem como uma gigante interrogação diante da população local.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, H. **Sustentabilidade e Articulação Territorial do Desenvolvimento Brasileiro**. Santa Cruz do Sul: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre el poder simbólico in *Intelectuales, política y poder***. Buenos Aires: UBA/ Eudeba, 2000.

CARVALHO, M., A. **A "ambientalização" do discurso empresarial no extremo sul da Bahia**, Dissertação (doutorado) UFRJ/IPPUR, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2008

LOPES, J., S.,L. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004

SEVÁ, A. **O. Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais**. Comunicação apresentada ao GT Energia e Meio Ambiente, do 2º Encontro nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, ANPPAS, Indaiatuba, 2004, 25 p.

Avaliação dos impactos sociais no assentamento Joana D´arc decorrentes da construção da Hidrelétrica de Santo Antonio

(Evaluation of social impacts arising from the settlement of Joana D´arc for the build Hidreltric of Santo Antonio)

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luiz Guilherme Veppo (Bolsista)

guigaveppo@hotmail.com

Assentamento Joana D'arc (INCRA) localizado no município de Porto Velho

RESUMO:

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no assentamento Joana D´arc e tem três objetivos: Primeiramente, fazer um resgate da história da comunidade; em segundo, realizar, a partir do conceito de justiça ambiental, uma avaliação das alterações ocorridas no assentamento em função da construção das obras do Complexo do Madeira, e por fim, sugerir alternativas para o equacionamento destas alterações.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Ambiental; Complexo do Madeira; Assentamento Joana D´arc;

1. Introdução

Este artigo está divido em três "partes" e cada uma destas partes possui seus objetivos específicos. A primeira parte busca fazer um resgate da história do assentamento desde sua fundação aos dias atuais, e seu objetivo é fazer com que as histórias de luta, sofrimento e conquistas dos assentados não se perca com a subida das águas que irão tomar boa parte da área hoje ocupada pelos assentados. A segunda parte objetiva realizar uma avaliação dos impactos sócio-ambientais, segundo o conceito de justiça ambiental. Por fim, o artigo busca sugerir alternativas para o equacionamento das alterações promovidas pelo empreendimento, a partir das demandas levantadas pela comunidade, dos movimentos sociais, cuja atuação é reconhecida como legitima pela comunidade, assim como, por meio do levantamento bibliográfico realizado para o desenvolvimento desta pesquisa.

Cada etapa da pesquisa tem uma estreita relação com a natureza da extensão, pois, o objetivo projeto é produzir um conhecimento que possa ser apropriado e utilizado pela comunidade como instrumento de reivindicação política, além de ser um documento que possa assegurar a legitimidade de seus direitos enquanto atingidos pela construção das obras do Complexo do Madeira.

É fundamental frisar que o fato de a proponente do empreendimento até o presente momento não ter se manifestado oficialmente com relação a situação dos atingidos do Joana D´arc limita consideravelmente as possibilidades deste trabalho.

2. Um breve histórico

A área do Projeto Joana D´arc está situada dentro da Gleba Jacy Paraná. O Projeto Fundiário Alto Madeira, criado em 1975, foi o responsável pela criação da Gleba Jacy, assim como de outras glebas da região. Este projeto realizou diversas subdivisões no território rondoniense e o seu objetivo era viabilizar o aproveitamento do potencial ambiental do estado de Rondônia por meio dos projetos de natureza distinta que seriam implantados nas varias subdivisões criadas.

A Gleba Jacy se situa na margem esquerda do Rio Madeira e possui uma área de aproximadamente 130.000 há (cento e trinta mil hectares). Em 2000, essa área foi "segmentada" pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em três áreas menores (Joana D´arc I, II e III) para o desenvolvimento do Projeto Joana D ´arc.

De acordo com a documentação fornecida pelo INCRA, os primeiros estudos realizados para a implementação de um Projeto de assentamento na área da Gleba Jacy datam do ano de 1981. Estes estudos teriam sido motivados pelos distúrbios ocasionados pelo intenso fluxo migratório que convergiu para a região do atual estado Rondônia, nesta época. Fato que se pode facilmente comprovar, isto é, que já existiam no período cerca de 18.000 (dezoito mil) famílias devidamente matriculadas nos diversos projetos do INCRA pleiteando um "pedaço de terra" em Rondônia.

Esses primeiros estudos tinham por finalidade avaliar o potencial da região da gleba Jacy e saber se a área possuía condições favoráveis para o desenvolvimento de um projeto de assentamento. Apesar das conclusões não muito favoráveis com relação a utilização da área da gleba para a implementação de um projeto de assentamento, junto

destes primeiros estudos foi realizada a demarcação dos lotes que seriam ocupados pelos assentados com a implementação do Projeto Joana D´arc no ano 2000.

Os estudos realizados a pedido do INCRA colocam algumas condicionantes a implementação do projeto de assentamento na região, tais como: o oferecimento de assistência técnica e maquinaria para o melhoramento do solo, que possui baixa fertilidade. No entanto, é necessário dizer que os moradores do Joana D´arc, entrevistados ao longo da pesquisa, foram unânimes em observar que o INCRA foi no mínimo negligente com respeito a estas condicionantes.

> "Apesar da documentação apresentada omitir, deduz-se, que aquela região, não obteve lograr adequado desenvolvimento sócio econômico, pela falta de infra-estrutura básica necessária, inclusive ausência de assistência técnica, omissão histórica e própria do município de Porto Velho, reclamada permanentemente pela população rural. Por tais razoes, a população ali instalada, apoiada por organizações sociais dos produtores rurais (associações, cooperativas e etc.), estão no sentido de organizar-se em assentamento, propiciando garantias básicas e necessárias a instalação do empreendimento, para a consolidação sócio econômica daquela região." (INCRA, 2000 Fls 61)

Como a citação acima evidencia a história de ocupação da área da Gleba Jacy não começa com a iniciativa do INCRA. Parte da área da gleba já se encontrava ocupada quando os primeiros estudos que buscavam avaliar as condições da região para receber um projeto de assentamento foram realizados. Segundo INCRA, dos 130.000 (cento e trinta mil) hectares da Gleba Jacy, 32.000 (trinta e dois mil) já se encontravam ocupados no ano de 1992, em sua maioria por agricultores de pequeno porte, em geral posseiros.

Esse período que antecede a criação do assentamento é descrito pelos moradores mais antigos como marcado por dificuldades e privações inefáveis. Inexistiam estradas, escolas ou mesmo postos de saúde. A inexistência de mínimas condições infra-estruturais, tornava os problemas mais corriqueiros verdadeiras odisséias. Qualquer acidente de média gravidade se transformava em uma potencial ameaça à vida do acidentado, dada a inexistência de qualquer unidade de saúde na região; a compra do mais básico gênero alimentar ocasionava uma árdua jornada, pois, os pontos comerciais mais próximos estavam na outra margem do Rio; a inexistência de estradas, na área que viria a ser do assentamento, dificultava consideravelmente o deslocamento das pessoas que ali moravam; e não obstante, a contração de qualquer doença era motivo de extrema apreensão, em função das dificuldades enfrentadas pelas pessoas que habitavam a região para a consecução de tratamento adequado.

Para se ter uma idéia das dificuldades enfrentadas neste período: tudo o que era de posse da população, que ali foi morar antes da criação do Projeto Joana D´arc, assim como dos primeiros assentados pelo projeto, teve de ser carregado nas costas através dos famosos "cacaios" - presentes em todas as historias dos mais antigos moradores da região -, ou mesmo nas costas limpas, por toda a distância que separava a margem do rio e o lote de destino.

Tal operação se repetiu por longos anos com tudo o que foi posteriormente adquirido pelos moradores da região. Assim sendo, não são poucas as histórias de pessoas que literalmente tiveram de carregar nas costas as suas casas, pois, a

inexistência de estradas impossibilitava a utilização de qualquer veiculo motorizado para auxiliar no transporte dos materiais utilizados para a construção das casas.

Para ilustrar as condições das vias que davam acesso as regiões habitadas nesse período, é suficiente dizer que, nem veículos movidos à tração animal conseguiam transitar por elas. Assim sendo, carregar aquilo do que se necessitava a partir de sua própria capacidade física, não era fruto de uma escolha, e sim a única opção que estas pessoas possuíam. Homens e mulheres carregavam, juntos, tudo aquilo que precisava ser transportado, desde crianças a animais para criação, de gêneros alimentícios a utensílios domésticos. Em outras palavras, carregavam consigo tudo o que se pode imaginar que uma família tenha ou possa necessitar para viver no campo.

Como durante muito tempo não existiu na localidade qualquer ponto de comercialização, tudo o que não era produzido pelos próprios assentados precisava ser trazido da cidade de Porto Velho e dos demais centros comerciais da cercania, o que fazia com que estas árduas jornadas fizessem parte da vida dos assentados.

Dez, vinte, ou mesmo trinta quilômetros é o que muitos dos assentados tinham de andar dentro da mata, através das picadas por eles mesmos construídas, para ir para aos núcleos populacionais mais próximos e voltar à atual área do assentamento. Na ida, carregavam consigo através dos pântanos e lamaçais que as picadas atravessavam, o excedente de sua produção à ser comercializado nos pontos comerciais; ou mesmo, pessoas sem condições de se locomoverem sozinhas, como: crianças, doentes e em algumas situações até pessoas mortas. Ao regressar traziam as aquisições feitas, de modo que estas jornadas eram extremamente difíceis, pois, além de ter de enfrentar os perigos da floresta a cada vez que necessitavam do intercambio com as localidades vizinhas, os habitantes quase sempre tinham de levar consigo um considerável lastro.

Tal período é de inestimável valor para a historia destas pessoas, assim como do próprio assentamento de modo geral, pois tem uma forte influencia na criação e consolidação dos laços de solidariedade e afetividade, assim como para a vida social da comunidade.

Nessa época era muito comum que os moradores radicados entre a margem do rio e os lotes que se encontravam no meio do trajeto, fornecessem guarida e todo auxilio necessário aos transeuntes, que estavam saindo ou regressando para casa. As adversidades eram enfrentadas em grupo e existia uma forte coletividade, que pode ser facilmente percebida nas historias dos moradores mais antigos.

Este período gerou uma forte consciência de interdependência entre os assentados, pois eles diariamente percebiam a necessidade que tinham de se ajudarem para poderem resistir às adversidades, de modo que as relações estabelecidas entre estas famílias pioneiras são consideradas fundamentais por aqueles que resistiram e se mantiveram no assentamento Joana D´arc.

Conhecer a história da ocupação desta área é fundamental para se poder compreender o que é o Joana D´arc nos dias de hoje, e saber que esta história não pode ser ignorada deveria ser uma premissa para qualquer empreendimento que tem por como resultado a retirada destas famílias das suas casas, que foram construídas em meio à tantas adversidades, e que hoje em dia fornecessem as condições para que estas pessoas vivam da terra com dignidade.

Infelizmente não podemos dizer que exista alguma iniciativa nesse sentido por parte dos proponentes do megaempreendimento hidrelétrico em execução no rio Madeira, que deslocará boa parte dessas famílias de suas atuais moradias.

Durante todo este período inicial, os assentados, de modo geral, afirmam que o INCRA foi extremamente ausente – existe um lapso de quase vinte anos existente na documentação do Instituto que parece reforçar essas afirmações**.** Não fornecia as mínimas condições para que as famílias se mantivessem em seus lotes; não era oferecido acompanhamento técnico algum aos assentados e os moradores não eram beneficiários de qualquer programa ou modalidade assistencial permanente, seja ela de natureza técnica ou financeira. Em decorrência disso, muitos foram os assentados que conseguiram um lote, construíram sua casa com extrema dificuldade, mas dentro de algum tempo, em função do isolamento geográfico e das péssimas condições de vida na região, acabaram por abandoná-lo.

Tal situação perdurou por quase duas décadas. Até que no ano de 2000, com a implementação do Projeto Joana D´arc as condições de vida começaram a melhorar. Foram construídos quarenta quilômetros de estradas que, sozinhos foram responsáveis por uma considerável melhoria das condições de vida para as famílias habitantes da região. Os assentados também receberam um auxilio monetário para a ocupação do território e a construção de benfeitorias nos terrenos.

Foi com a implementação do Projeto de Assentamento em 2000 que foi realizada a subdivisão da Gleba Jacy. Cada uma destas subdivisões do Projeto possui áreas, metas, e localizações específicas.

O Joana D´arc I está localizado a 40 km (quarenta quilômetros) da sede do município de Porto Velho. Tem uma área total de 20.400,000 há, sendo que desta área metade é aproveitável e metade é para reserva. Seria dividida em 430 (quatrocentos e trina) lotes de 47,0 hectares que atenderiam a aproximadamente 1250 pessoas.

O Joana D´arc II está localizado há 60 km (sessenta quilômetros) do centro urbano de Porto Velho; teria uma área de 27,920,6606 ha que seria dividia em 552 lotes de 50 hectares, que nas projeções do INCRA atenderiam a um contingente populacional de 2208 pessoas. A etapa III tem uma área de 19.387,0000 hectares divididos em lotes de 50 hectares cujo objetivo seria atender a mil quinhentas e cinqüenta e duas (1552) pessoas e estaria localizado a 70 km (setenta quilômetros) da sede administrativa de Porto Velho.

Depois desses primeiros quilômetros de estradas, a vida dos assentados mudou significativamente. Deu-se inicio a construção de escolas, postos de saúde e teve inicio o processo de eletrificação da área. Contudo, não é lícito ignorar que essas conquistas tiveram um alcance consideravelmente limitado e ficaram restritas a uma parcela diminuta da comunidade e ainda assim, o oferecimento destes serviços está marcado por consideráveis problemas em decorrência de uma série de fatores, como: o relativo isolamento geográfico da região, que dificulta a manutenção da rede elétrica; assim como para o funcionamento da escola que em decorrência das dimensões do assentamento dificulta o acesso tanto de estudantes como dos profissionais da educação.

Hoje em dia o assentamento conta com mais algumas dezenas de quilômetros de estradas que chegam à maioria dos lotes. Também circulam no assentamento dois ônibus diários, que fazem tanto o transporte dos assentados quanto o da sua produção e

de suas aquisições realizadas fora do assentamento. Boa parte do assentamento já se encontra eletrificado e a parte que ainda não possui energia elétrica deve até o final do primeiro semestre de 2010 estar eletrificada.

Contudo, gostaríamos de evidenciar que todos os serviços citados funcionam com consideráveis limitações e diversos problemas. As estradas atualmente se encontram em péssimas condições de conservação; os postos de saúde não têm um funcionamento regular; as escolas, apesar de algumas melhorias recentes, ainda estão muito longe de proporcionar um ensino de qualidade aos estudantes radicados no assentamento e a energia elétrica não possui um fornecimento estável e regular.

3. Avaliação dos Impactos Sociais

A avaliação dos impactos sociais é uma das etapas mais importantes da pesquisa. Ela tem por escopo, constatar as alterações ocasionadas no assentamento Joana D´arc pela construção da hidrelétrica de Santo Antonio, a partir do conceito de justiça ambiental.

Segundo, Zhouri[8] e Acselrad[9] o conceito de justiça ambiental compreende uma avaliação das desigualdades entre os resultados que um empreendimento de grande escala proporciona a distintos grupos. Consiste na análise do equacionamento entre as benesses proporcionadas por um empreendimento aos grupos privilegiados e os prejuízos que ficam para os grupos que tradicionalmente dependiam, para a sua subsistência, do território modificado, pelo empreendimento em si. No horizonte da justiça ambiental também se busca avaliar como se dá a participação da população potencialmente afetada no processo que modificará suas condições de vida, tanto na definição como na elaboração de empreendimentos, tanto de forma direta quanto indireta; além de analisar a relação entre o que é assegurado teoricamente, através das medidas mitigadoras colocadas pelo proponente do empreendimento nos termos condicionantes e o que na realmente na pratica.

> "As audiências publicas representam o único momento de escrutínio social previsto em lei, para projetos de construção com grande impacto sócio-ambiental. Seriam, portanto, instancias políticas estratégicas para a participação da população local, para a obtenção de informações e a formulação de questionamentos sobre o projeto, os quais subsidiariam sua aprovação ou recusa. No entanto, depreende-se dos casos estudados que as audiência publicas funcionam muitas vezes como dispositivos formais para a divulgação de informações sobre os benefícios econômicos dos empreendimentos, em detrimento do debate amplo e transparente sobre seus impactos sócio-ambientais." (Acselrad, 2000, p. 10)

[8] ZHOURI, Andréa. JUSTIÇA AMBIENTAL, DIVERSIDADE CULTURAL E ACCOUNTABILITY. Caxambu: ANPOCS, 2007.

[9] ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

O Complexo Hidrelétrico do rio Madeira, não constitui exceção, e também não assegurou aos atingidos, assim como à sociedade civil de modo geral, sua participação no processo de definição do projeto. Tanto que é possível, ainda hodiernamente, encontrar indivíduos radicados na zona de impacto direto que, sequer tem conhecimento das mínimas informações referentes aos projetos em desenvolvimento.

Tamanha desinformação, evidentemente, se estende aos assuntos relativos às asseguração contidas no PBA (Plano Básico Ambiental), o que fere novamente a legalidade do processo. Pois, conforme Farrel, a Licença Prévia foi expedida mediante algumas condicionantes, e é graças a estas obrigação do proponente:

> "2.24 Apresentar medidas mitigadoras as famílias não proprietárias na área de influencia direta dos empreendimentos que venham a ter atividades econômicas afetadas.
>
> 2.25 Considerar no Programa de Compensação Social, medidas de apoio aos assentamentos de reforma agrária, agricultores familiares e comunidades ribeirinhas na área de influencia do empreendimento, visando o desenvolvimento de atividades de desenvolvimento sustentável." (Farrell, 2008, p. 26)

Não obstante, constatamos através das entrevistas com os assentados, uma assombrosa desinformação. Mesmo os moradores da região ribeirinha do assentamento (onde os impactos serão inevitáveis e incontestavelmente diretos) desconhecem a existência do Plano Básico Ambiental a ser executado pelo Consórcio Santo Antônio Energia, não tendo consciência de nenhuma das obrigações do proponente do empreendimento para com os atingidos. Também observamos que as reuniões até então realizadas pelo consorcio responsável pela construção das hidrelétricas, restringem-se à realização da propaganda do empreendimento, sendo que, as obrigações anteriormente citadas, asseguradas pelas condicionantes da Licença Prévia sequer foram pontuadas nestas reuniões.

Os moradores também nos relataram que o consorcio ainda não se manifestou oficialmente com respeito à situação das famílias que serão diretamente atingidas pelas conseqüências do barramento do rio, sendo as informações que dispõe "vindas da consorcio", fruto de conversas informais com os funcionários da empresa que realizam diversos trabalhos na região. Tais informações são, por sua vez, consideravelmente desconexas, já que a cada grupo que visita o assentamento, as informações mudam de caráter e de natureza. Dessa forma, quando os moradores são questionados sobre a sua situação, até hoje sequer sabem dizer se estão de fato na zona de alagamento, ou não. Não sabem nada informar além do seu receio com relação ao futuro.

Os assentados revelaram que os empregados da empresa informaram que em breve o Consórcio se manifestaria oficialmente com respeito a situação dos atingidos. Contudo, sabemos que:

> "A definição de atingidos dos empreendedores não é coerente com a realidade empírica observada. Ela nasce, antes, de um calculo do custo-benefício da obra, em que os custos com compensações não devem ultrapassar os ganhos econômicos gerados com a implementação do projeto.

> Como em ultima analise os EIA-RIMA funcionam como documentos do empreendedor no sentido de referendar legalmente a realização da obra, os atingidos são definidos em função do menor custo possível." (Mello: 2001 p. 8)

Tendo em vista a realidade dos atingidos nos núcleos afetados pela construção da Hidrelétrica de Santo Antonio, já retirados de seu local de origem, assim como, pela historia das demais hidrelétricas construídas no Brasil; sabemos que a lógica do empreendedor ao lidar com os atingidos, tem como norte a lógica do mercado imobiliário. Esse mercado notabiliza-se por pouco se importar com a história de vida das pessoas; se elas querem ou não deixar suas casas; ou mesmo da sua relação de afeição com o local onde construíram suas vidas e pretendiam encerrá-las.

Tal situação se potencializa no assentamento, em função da riqueza e da beleza contida nas historias dos assentados, e na relação de tais fatores com a forma pela qual os assentados atribuem valor aos seus lotes.

Apesar de o proponente do empreendimento não ter se pronunciado a comunidade com relação às dimensões dos impactos sociais e ambientais para o assentamento, o que dificulta consideravelmente a realização do nosso trabalho, algumas questões podem ser pautadas, como: a considerável pressão psicológica à que estão sendo submetidos os assentados, em virtude desta atroz incerteza que paira sobre o horizonte; a forte apreensão com relação ao futuro, pois as obras avançam dia a dia há mais de um ano e até agora, a comunidade não tem conhecimento do que vai ocorrer em decorrência da continuidade das obras; o alarmante aumento no nível dos igarapés que cortam o assentamento em diversos pontos e a diminuição da produção pesqueira; além do aparecimento de insetos em áreas onde estes não existiam.

Isso é consideravelmente preocupante, porque sabemos que as conseqüências do empreendimento não causam meros impactos à vida dos atingidos, pois, quando se fala em impacto, presume-se que o sujeito sofredor do impacto tenha condições para suportar o mesmo. O que percebemos através dos diversos exemplos fornecidos pelo levantamento bibliográfico é que na realidade o que ocorre é bem diferente. As conseqüências, via de regra, tornam-se alterações permanentes e irreversíveis no modo de vida, no modo de produção e na vida social das comunidades.

5. As propostas

Apesar de até o presente momento (14/02/10) o proponente do empreendimento hidrelétrico Santo Antônio não ter se manifestado oficialmente, algumas questões aparecem constantemente nas entrevistas e elas permitem que realizemos algumas conclusões parciais.

Quando perguntados sobre o modo como percebiam as condições de vida no assentamento, desde a sua chegada aos dias atuais, todos os entrevistados apontaram a existência de sensíveis ganhos qualitativos nas suas condições de vida, exemplificando os mesmos através das benfeitorias infra-estruturais ocorridas, basicamente, após a implantação do Projeto.

No que diz respeito a sua visão de futuro, novamente, todos, afirmaram a partir do retrospecto mais recente, que a perspectiva que tinham se orientava por essa trajetória ascendente, acreditando que suas condições de vida tinham tudo para melhorar nos próximos anos. Alem de que, com exceção dos radicados nas regiões que historicamente padecem de problemas durante o período chuvosos e desde sempre enfrentaram graves problemas de alagamento no tempo das águas, é unânime que estes não tinham nenhuma intenção de abandonar os seus lotes.

Sob as organizações existentes na região, as opiniões são muito diversas. Indo desde os que acreditam na ação e participam das associações existentes, àqueles que acham que estas associações foram cooptadas pelo Consórcio. Todavia, a maioria dos assentados se sente representada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no que se refere à organização para a reivindicação dos seus direitos, e acreditam que mediante a mobilização conseguirão assegurá-los.

No assentamento Joana D´arc a comunidade organizada no MAB reivindica o reassentamento coletivo, com a manutenção das suas atuais de condições de vida em um processo participativo e auto-gestionário. A comunidade fez a opção pelo reassentamento por não visualizar possibilidades na cidade. Esta proposta é denominada de "Reassentamento Padrão" e reivindica a manutenção das condições atuais de vida, ou caso haja alguma modificação neste padrão, esta deve ser positiva; sendo inadmissível que após toda a batalha travada por estas famílias para a conquista de um lugar que lhes assegurasse o mínimo de dignidade, esse padrão conquistado sofresse algum decrescimento.

Esta proposta é por nos compartilhada, pois acreditamos na sua justeza e coerência.

6. Considerações Finais

Mesmo com a pesquisa estando inconclusa (pois muitos dos impactos não podem ser avaliados sem o pronunciamento oficial do consórcio sobre a situação dos atingidos), acreditamos que algumas questões se mostram claramente, como a impossibilidade de que estas famílias deixem o lugar onde atualmente residem, mediante indenizações financeiras, já que estas seriam incapazes de garantir a manutenção de seu modo de vida atual somente com o valor das indenizações, dado o atual estado do mercado imobiliário no estado, ou mesmo, porque a comunidade não possui condições de se mudar para a cidade, com a manutenção das condições mínimas para a sua subsistência.

Com isto, fica claro que a única proposta que acreditamos atender ao equacionamento das alterações promovidas pelo empreendimento, é a proposta de reassentamento padrão, construída pela comunidade organizada através do MAB.

É inquestionável que fora desta proposta, as perspectivas dos assentados ficam consideravelmente restritas a engrossar as periferias e o exército de reserva de força de trabalho da cidade de Porto Velho, ou a uma situação completamente descaracterizada no campo, de assimilação de sua força de trabalho nas grandes propriedades rurais da região.

É necessário também deixar claro que o reassentamento padrão é essencial, porque a construção de suas atuais moradias levou dos assentados um tempo que eles já não possuem. Muitos dos assentados possuem uma idade consideravelmente avançada, alguns carregam seqüelas das batalhas travadas diariamente para fazer com que o seu lote tivesse condições de garantir a subsistência familiar e não tem a menor condição de recomeçar do zero, e travar novamente a árdua batalha que travaram para conquistar suas atuais condições de vida.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Meio Ambiente e Justiça – ação coletiva e estratégias argumentativas**. Rio de Janeiro UFRJ, 2007. 4 a 13p. Disponível em HTTP://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/henriacselrad.pdf

_____. **Sustentabilidade e Articulação Territorial do Desenvolvimento Brasileiro**. Santa Cruz do Sul: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras de Quilombo, Terras Indigenas, "Babuçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

GARZON, Luis Fernando Novoa. **O licenciamento automático dos grandes projetos de infra-estrutura no Brasil: o caso das Usinas no rio Madeira**.

INCRA. **Projeto de Assentamento Joana D´Arc I**. Porto Velho: INCRA, 2000.

_____. **Projeto de Assentamento Joana D´Arc** II. Porto Velho: INCRA, 2000.

_____. **Projeto de Assentamento Joana D´Arc** III. Porto Velho: INCRA, 2000.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998.

MAGALHAES, Sonia Barbosa. **Política e sociedade na construção das grandes barragens: o caso Tucuruí**. São Paulo: IRN, 2005.

MELLO, Cecília Campello. **Elementos para um documento político**.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. Problemas **sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países**. Campinas: UNICAMP, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O Plano IIRSA na VISÃO do Movimento dos Atingidos por Barragens**. Belém: UFPA, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções Sobre Território: Construindo uma Proposta de Abordagem Territorial (I) Material**.São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEVÁ, Oswaldo. **Conhecimento Crítico das Mega-Hidrelréticas: para Avaliar de Outro Modo Alterações Naturais, Transformações Sociais e a Destruição dos Monumentos Fluviais**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004.

VAINER, Carlos B. **ENERGIA HIDRELÉTRICA; Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais**. São Paulo: Estudos Avançados, 2007.

ZHOURI, Andréa. **Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability**. Caxambu: ANPOCS, 2007.

Jaci-Paraná: o olho do furacão entre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio.

Universidade federal de Rondônia (UNIR)

Daniela Moreira dos Santos[10]

danielamsro@gmail.com

Distrito Jaci-Paraná, pertencente a Porto Velho – RO.

Resumo:

Este artigo tem como intuito analisar os impactos sofridos pelo distrito, através da leitura de documentos que regulamentam e norteiam as ações previstas durante o período das obras, elaborados como exigência do IBAMA pelos consócios empreendedores das Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau ambas localizadas no rio Madeira. No meio das duas grandes obras está o distrito de Jaci-Paraná que, além de ter o seu território totalmente desfigurado, vem passando por diversos problemas não apenas estruturais, mas sociais e demográficos, decorrentes do inchaço populacional que acompanhou o início das obras a partir de novembro de 2008. Através da pesquisa realizada no distrito com a população local foi possível constatar, de forma inicial, como a população local avalia os empreendimentos e o quais os principais problemas enfrentados em conseqüência deles.

Palavras chave: Jaci-Paraná; Impactos; Empreendimentos; Compensações; População.

[10] Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX.

Introdução

As questões emergentes que derivam dos impactos desfigurantes e cumulativos em curso sobre a zona urbana no distrito de Jaci-Paraná que, por se localizar entre as duas mega-obras, tem cumprido um papel de reservatório de mão-de-obra em função delas mobilizada, propiciaram a oportunidade de integrar a iniciação científica e a extensão universitária com a luta dos movimentos sociais pelos direitos das populações locais. O que acabou por se constituir no objeto central do projeto de extensão " desestruturação social e ambiental das comunidades ribeirinhas, urbanas e rurais no município de Porto Velho e as políticas públicas previstas para o município e a cidade"- Projeto vinculado ao grupo de pesquisa " Poder político e Política nas bordas da Amazônia" , desenvolvido no interior do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia(Unir) tendo como coordenador Luis Fernando Novoa Garzon em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens e Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ) com o apoio financeiro do Ministério da Educação, por meio da Universidade Federal de Rondônia(UNIR) através da Pró Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos estudantis(PROCEA).

Devido aos profundos impactos sociais e estruturais sofridos pelo Distrito de Jaci-Paraná torna-se necessário a discussão mais aprofundada dos novos parâmetros territoriais da localidade, que foram sendo estabelecidos com o início da construção das UHEs de Santo Antonio e Jirau. De acordo com Saquet (2007, p 16) " O território é resultado e condição da reprodução da relação social-natural. Para o autor, a abordagem territorial deve ser central na construção de uma sociedade mais justa que produza novos territórios e novas territorialidades, em que sejam valorizados os saberes locais e populares. Em sua elaboração, o autor ainda se refere à importância de que a reprodução do território se processe em conjunto com a das identidades. De tal forma que as redes sociais reorientem, se necessário, as relações de poder e os processos de desenvolvimento em respeito à centralidade das territorialidades vividas e/ou das temporalidades cotidianas.

O fato do Distrito de Jaci-Paraná localizar-se a montante de Santo Antonio e Jusante de Jirau, faz com que fique à mercê de impactos seja sociais seja ambientais dos dois empreendimentos, impactos estes que modificaram, e continuam modificando, o modo de vida da população local. No distrito é possível encontrar duas situações distintas, sendo impactada diretamente pelo futuro reservatório de Santo Antonio com as alagações devido ao aumento do nível do rio Jaci com a construção das barragens de Santo Antonio.Já a UHE de Jirau impacta indiretamente, do ponto de vista exclusivamente ambiental e formal. Entretanto do ponto de vista social, por abrigar grande parte da mão de obra sazonal vinda de todos os cantos do pais em busca de novas oportunidades, trazendo consigo todas as mazelas que um fluxo demográfico volumoso e desordenado pode acarretar, o impacto é mais que direto. O próprio estudo socioeconômico do Consórcio ESBR[11] reconhece que: " A idéia de crescimento esta sempre associada a um processo de urbanização, industrialização e a hidrelétrica ao

[11] Estudo Complementar qualitativo de aspectos socioeconômicos e culturais das localidades da área de influência da UHE de Jirau 2008, p. 86

representar a chegada de um modo de vida urbano traz consigo vantagens e desvantagens." Como citado no presente trecho, o Consórcio assume pelo menos parcialmente que não traz apenas benefícios às populações atingidas.

Contextualizando o distrito de Jacy-Paraná .

A vila de Jaci-Paraná teve sua origem no final do século passado com a vinda de migrantes nordestinos para trabalhar nos seringais existentes na Amazônia. Tem como principal característica a escolha do local como ponto estratégico dos trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré(EFMM) e por volta de 1910, transformou-se na Estação Ferroviária de Jaci-Paraná sendo elevada a categoria de distrito em 17 de abril de 1945. Guarda ainda alguns resquícios da sua história como a velha ponte de ferro logo na entrada do distrito, sobre o rio Jaci e durante os vários ciclos históricos sempre foi ponto de passagem.

Com base nos relatos dos antigos moradores do distrito, na época em que a Ferrovia estava em funcionamento a maior produção existente na vila era o extrativismo da seringa,que consistia na coleta do látex para a fabricação e comercialização da borracha. Além da produção de borracha, era praticado a lavoura de subsistência nos cultivos de milhos, feijão,arroz e mandioca, havendo também a pesca e a coleta de produtos da floresta como castanha, açaí, patoá, bacaba e outros.

Com a desativação da EFMM, o comercio praticamente desapareceu, bem como o trânsito e a circulação de pessoas, que só voltou a aparecer com a construção da BR 364. A rodovia por sua vez trouxe consigo um fluxo migratório concentrado no tempo, que gerou na década de 80 sérios conflitos fundiários. Como forma de resolver o problema as novas famílias foram instaladas na margem direita da rodovia no sentido Porto Velho- Acre, surgindo a Vila Nova em Jaci-Paraná. O distrito de Jaci-Paraná está localizado no extremo norte de Rondônia, à margem direita do rio Jaci-Paraná, distante aproximadamente 86 km de Porto Velho, sentido Acre. (Diagnóstico Sócioeconômico dos distritos de Jacy-Paraná, São Carlos e Comunidade de Cujubim Grande, 2005 p.21 e 28[12]).

[12] Disponível no Diagnóstico Sócioeconômico dos Distritos de Jacy-Paraná, São Carlos e Comunidade de Cujubim Grande(2005, p. 13).

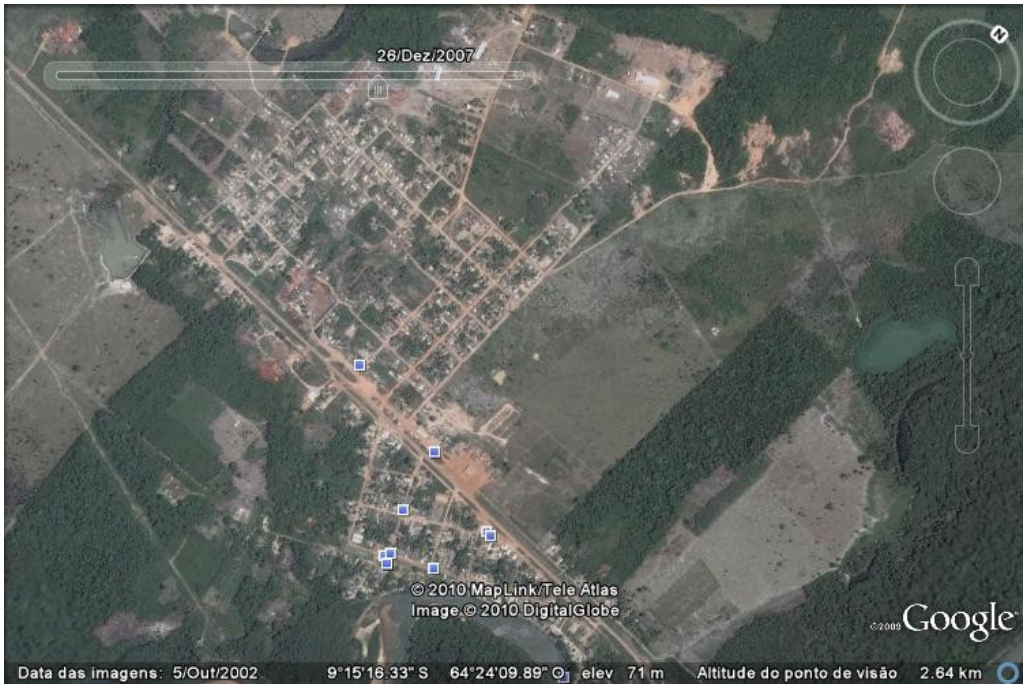

Figura 1: Distrito de Jaci-Parana

Fonte:Google Earth

PBA´s Santo antonio e Jirau

Os mecanismos que regulam as atividades realizadas e a serem realizadas em Jaci-Paraná estão disponibilizadas no Projeto Básico Ambiental desenvolvido pela empresa que tem como função principal nortear os programas que regulamentam as atividades da empresa, tendo como foco principal neste artigo o programa de compensação social das duas empresas sendo possível observar a precariedade de informações no que tange ao distrito.No PBA de Santo Antonio as informações são em sua maioria infra-estruturais, citam a construção de salas de aulas nas escolas do município. Entre as medidas estão a ampliação da infra-estrutura educacional da sede distrital de Jacy-Paraná. Deverão ser construídas 08 novas salas de aula anexas às escolas atualmente existentes na localidade, sendo 04 para a rede municipal e 04 para a rede estadual de ensino (Projeto Básico Ambiental - PBA - Plano de Compensação Social p.25)

Já no PBA da UHE de Jirau, por conta do acúmulo de problemas ocorridos com o grande fluxo migratório para o distrito, tornam-se necessário a elaboração de um estudo complementar intitulado "Estudo Qualitativo de aspectos socioeconômicos e Culturais das localidades de área de Influencia do UHE de Jirau". Isso porque é flagrante a insuficiência de um PBA em que o distrito Jaci foi considerado como parte componente da Área de Influência Indireta "em situação especial"[13]

[13] "A sede do distrito de Jaci-Paraná, devido a proximidade com o local da barragem e ao remanejamento da população afetada, poderá ter um aumento demográfico considerável e, conseqüentemente, sofrer com a especulação imobiliária, exclusão social e problemas de infra-estrutura, saúde, educação e serviços."

A descaracterização da localidade fica subliminarmente reconhecida nessa classificação ambígua, o que remete ao "novo" como tabula rasa como sugere Leonel (1998, p. 119): as atividades econômicas, a vida social as relações das populações que ali residem defronta-se portanto, com o novo, o ambiente desconhecido proposto pelo sistema hídrico".

No parecer técnico n.043/2009[14] que tem por objeto a avaliação do atendimento da condicionante da 2.23 da licença previa, que procura monitorar as ações de compensação previstas no EIA/RIMA, na composição do acordo firmado entre a ESBR e a Prefeitura Municipal de Porto Velho .

Segue abaixo o quadro comparativo entre as ações previstas no EIA/RIMA e protocolo de intenções firmado entre a ESBR e Prefeitura Municipal de Porto Velho.[15]

Quadro_ Comparativo de impactos e medidas mitigador compensatórias

Neste quadro é possível analisar o compromisso firmado entre a ESBR

Ações propostas pelo EIA /RIMA	Ações propostas pela ESBR	Acordo firmado com a prefeitura
1.Aumento da demanda de moradia	Não foram identificadas ações para estes impactos	Não foram identificadas ações para estes impactos
2.1 Educação	a) infra-estruturar b) curso de capacitação de professores c) transporte escolar d) materiais e equipamentos Aplicação da AID de Jirau com ênfase em Jacy- Paraná.	a) Construção de 48 salas de aula.(AID) b)Equipamentos para a construção de 48 salas de aula(AID) c) Curso de capacitação para professores: d) Pareceria para a implantação de inclusão digital e) Transporte escolar Aplicação município de Porto Velho.
Aumento na incidência de malaria e outras doenças.	Investimento em Saúde Publica de media e alta complexidade: Aplicação município de Porto Velho.	Atenção básica: a)Construção reforma e ampliação de 3(três) unidades de saúde. b) Equipamento para unidades de saúde. c)Atualizar e capacitar os recursos humanos na área de saúde. d) Educação em saúde, comunicação e mobilização social. e) Aquisição de 3(três) ambulâncias: Vigilância em saúde:

(empresa que representa o consorcio formado pelos empreendedores de Jirau) através de um protocolo de intenções, em cumprimento da licença de instalação mostrando as lacunas no cumprimento de tal licença. Cito, para fins deste artigo apenas as ações voltadas para a saúde e educação e aumento de moradia sendo que a respeito deste ultimo item não há no documento nenhuma medida de mitigação do impacto de

[14] COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, Brasilia 01 de julho de 2009

[15] Segue como parte dos anexos referentes a Jaci-Paraná, no relatório final do PIBEX 2009

aumento de demanda deste serviço essencial .Nas entrevistas realizadas no distrito nota-se a discrepância do que esta previsto para acontecer e do que a população necessita. Dando preferência aos moradores antigos, verifica-se a heterogeneidade da origem da população e a alta migração sobrevinda de vários cantos do país, devido aos ciclos históricos já citados. A pesquisa revelou outros dados com relação á saúde oferecida pelo posto de saúde local, como a falta de médicos, problemas relacionados á malaria como a utilização de lancetas vencidas material utilizado para recolher o sangue do paciente no diagnostico da doença e de acordo com a funcionária do posto não se sabe se é possível que este problema altere ou não os resultados dos exames realizados. Em reuniões realizadas com representantes dos consorcio ESBR(Energia Sustentável do Brasil) a realização da reforma do unidade de saúde prevista para o dia 15 de Janeiro de 2010, até o dia 4 de fevereiro as obras ainda não haviam sido iniciadas.

Os entrevistados, quando questionados sobre se conheciam ou não o PBA(Plano de Compensação Ambiental) e os encaminhamentos das reuniões organizadas pelos Consórcios, a grande maioria mostrou desconhecimento quanto ao PBA e com às reuniões a maioria julgou a linguagem utilizada, confusa e/ou inacessível. Dentre a população diretamente atingida por Santo Antonio ninguém soube informar qual seria o valor estimado das indenizações, ou outro tipo de compensação e quando teriam que sair de suas terras, apenas sabiam que seriam atingidos. Este quadro de incerteza representa o "lugar" das populações locais no processo de planejamento dos grandes projetos de infra-estrutura. De acordo com Ligia Sigaud (Apud in PINHEIRO, 2007, p 32) :

> A demora em definir o destino da população a ser deslocada, que deveria ser o objeto prioritário da atenção do Estado, se por um lado revela a imprevidência das empresas do setor elétrico,por outro constitui uma evidencia de que o " social", corporificado nas populações atingidas, esteve fora de cogitação quando se decidiu construir as barragens, quando se firmou contratos e quando se deu inicio ás obras.

Ausência de Planejamento urbano

O Estatuto das Cidades, que veio regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana [16]. Em seu artigo segundo consubstancia-se aquilo que se convencionou chamar de "direito à cidade":

> Art. 2 A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I.A garantia do direito as cidades sustentáveis, entendido como direito á terra urbana, á moradia, ao saneamento ambiental, á infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao transporte e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

[16] Disponível em http://ibam.org.br/publique/media?Cidade.pdf

Deve-se frisar que "a garantia do direito das cidades sustentáveis," deveria ser ainda mais premente em se tratando de cidades na Amazônia: "O território amazônico não é apenas um espaço geográfico ocupado por uma imensa floresta homogênea, mas trata-se de um "lugar" que se constitui a partir dos significados forjados nas dinâmicas e interações culturais". (Na floresta tem direitos: Justiça Ambiental na Amazônia.2005.13p). [17]

Tais problemas são reconhecidos em tese pela prefeitura de Porto Velho, de acordo com o Plano Diretor da cidade de 2008. Há uma revisão do Plano já prevista levando-se em conta com recursos adicionais provenientes das Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, representados pelos consórcios SAESA e ESBR. Faz-se inclusive referência aos estudos realizados nos doze distritos juntamente com o distrito sede que compoêm o município de Porto velho: " Esses distritos apresentam como traço comum a extrema deficiência em termos de infra-estrutura, em particular a oferta de água e esgotamento sanitário, e a solução desses problemas apresentam-se como a principal reivindicação dessas populações[18]". Desta forma a prefeitura reconhece alguns dos problemas comuns aos distritos do Município, mas não idêntica quais seriam aqueles que, a exemplo de Jaci-Paraná, deveriam priorizados para efeito de destinação de recursos adicionais para ampliar o equipamento social disponível atualmente no distrito

Depoimentos que coletamos durante a pesquisa em Jaci, ilustram a opinião de alguns dos moradores quanto ao trabalho que a Prefeitura realiza no distrito:

> "O prefeito que acabar com distrito de Jaci-Paraná, desviando as compensações para outros locais deixando os transtornos".
>
> " Promete mas até o momento nada"
>
> " A prefeitura só cata lixo".
>
> " Não to vendo nada de futuro".

Durante o período da pesquisa foram realizadas visitas às Secretárias municipais de Saúde e Educação e estas relataram que não existem projetos específicos de ampliação desses serviços, proporcional à demanda presente e futura, para além das reformas das duas escolas municipais realizadas por Santo Antonio e a reforma do Posto por Jirau e campanhas de saúde pública realizadas em conjunto com os empreendedores. A desigualdade ambiental é de fato produzida socialmente por praticas discriminatórias ou omissas baseadas em um modelo de desenvolvimento que não considera os usos sociais dos recursos ambientais, excluído-os portanto de qualquer eventual medida de compensação.Como afirma Juliana Malerba(2008, mimeo).

> São os trabalhadores e os grupos sociais marginalizados e de menor renda que estão sujeitos aos riscos decorrentes da proximidade dos seus locais de moradia dos depósitos de lixo tóxico, das plantas industriais poluentes, das encostas perigosas e dos esgotos a céu aberto ausências saneamento em seus bairros.São esses mesmos grupos que se vêem privados do acesso aos

[17] Cartilha da campanha " Na floresta tem direitos: justiça Ambiental na Amazonia". Disponível em: http://www.comova.org.br/index.php?option=com_content&ta

[18] Disponivél no Plano Diretor de Porto Velho pg 34

recursos naturais de que dependem para viver ao serem expulsos de seus locais de moradia para a instalação de grandes projetos hidroviários, agropecuários ou de exploração madeireira ou mineral.

Conclusão

A partir da analise dos documentos e textos citados neste artigo é possível ter uma visão panorâmica mas ainda incipiente das perspectivas do distrito de Jaci-Paraná, pois a realidade local vem mudando de forma acelerada, multiplicando-se os problemas decorrentes da construção de duas megausinas no rio Madeira. Em decorrência disso faz-se necessário a continuidade e o aprofundamento dos estudos, bem como de iniciativas de monitoramento, fiscalização da parte do poder público, bem como de capacitação e organização dos moradores do distrito, de forma independente seja das empresas seja da Prefeitura. O advento de duas grande hidrelétricas, acima e abaixo do distrito, produziu uma extrapolação sem precedentes de pequeno núcleo urbano. Torna-se necessário a aplicação de medidas efetivas no intuito da mitigação dos impactos sofridos e de prevenção para os que virão. Processo que deve ser fruto da ação conjunta entre as esferas federal, estadual e municipal que enquadrem os empreendimentos em função do interesse público. As providencias necessárias com vistas à elaboração, em curto prazo, de medidas compensatórias adicionais precisam ser definidas em dialogo com a comunidade. Na tentativa de mudar o atual padrão de desenvolvimento e entendendo os diferentes processos e seus principais atores, acreditamos que a população que majoritariamente se concentra na base da pirâmide social é que pode fomentar modos de compatibilização de crescimento econômico com a conservação de recursos naturais e a inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEONEL, M. **A morte social dos rios**- São Paulo: Perpectivas: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998.

MALERBA . J. **Degradação ecológica, Desigualdade social e justiça ambiental**, Rio de Janeiro:RBJA(mimeo.)2008.

SAQUET,M.A. **Abordagens e concepções sobre território**- 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular,2007

SILVA, E. T. da; SUSSUARANA, M. A. G.; ARAÚJO, M. C. M.; BORGES. V. Mª do N.(org.). ***Diagnóstico Sócioeconômico dos Distritos de Jacy-Paraná, São Carlos e Cujubim Grande***.1. ed. Porto Velho: Edufro,2005. 84p.

PARECER TECNICO N 043/2009-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. **Energia Sustentável do Brasil, disponível em www.energiasustentaveldobrasil.com.br/arquivos/Parecer** >acesso em 06/04/2010.

PINHEIRO, M. F. B. ***Problemas Sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países.*** **Tese (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos)** – UNICAMP, Universidade de Campinas, São Paulo, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. **Plano diretor Participativo do município de Porto Velho**.Porto Velho,2008.

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DE DIALOGO-PAD. **Campanha "na floresta tem diretos: justiça ambiental na Amazônia"**. Texto de A. Paiva. Rio de Janeiro, RJ: PAD, 2007.13p.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL. **Santo Antônio Energia, 2008. (vol.03 seção 19 p.169) disponível em <www.ibama.org.br >** acesso em 6/04/2010.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL. **Energia Sustentável do Brasil,** 200- disponível em < www.ibama.org.br > acesso em 06/04/2010

AGRICULTURA E PESCA NA AGROVILA DE NOVO ENGENHO VELHO

Universidade Federal de Rondônia

Inaê Nogueira Level

inae_ajsi@hotmail.com

Taiana Nascimento dos Santos

tayananascimento@hotmai.com

Agrovila de Novo Engenho Velho (1), localizado no município de Porto Velho

RESUMO

Este trabalho apresenta a análise de entrevistas colhidas entre os moradores da agrovila do Novo Engenho Velho, no período compreendido entre o mês de agosto e o início do mês de novembro de 2009. A partir dessas entrevistas procuramos criar referenciais para uma avaliação da qualidade de vida que os mesmos possuem atualmente. Como o padrão de produção é o elemento fundamental nessa mensuração, o foco deste artigo é a questão da agricultura e pesca, antes e depois do reassentamento compulsório. Nosso relato se origina de visitas periódicas à agrovila e da realização subsequente de entrevistas qualitativas sobre como essas duas atividades(agricultura e pesca) foram afetadas pelas obras da UHE de Santo Antônio, a primeira do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. A então comunidade ribeirinha Engenho Velho foi a primeira ser retirada por este grande projeto, para dar lugar ao canteiro de obras, sofrendo assim, o deslocamento para a agrovila de Novo Engenho Velho. Na agrovila as condições para a viabilização da agricultura e pesca apresentam-se insuficientes e até mesmo inexistentes.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca Artesanal; Agricultura de Várzea; Comunidades Ribeirinhas; Remanejamento; Planejamento.

Introdução

Neste artigo procura-se descrever como a agrovila do Novo Engenho Velho pratica a pesca e a agricultura. Tendo em vista que estas duas atividades sempre foram as principais fontes de renda para o sustento de suas famílias e deveriam continuar a ser, efetivando-se o princípio da equivalência das condições de vida do reassentado. Lembrando que esta comunidade se caracteriza como ribeirinha e a dinâmica de vida de seus membros difere radicalmente da que caracteriza a população urbana. E sem essas atividades, ou com o seu declínio, há o risco dessa comunidade se ver forçada a abandonar seu modo de vida e inserir-se de modo forçado e rebaixado na dinâmica urbana, expondo-se a um novo e perverso grau de marginalização sócio-econômica.

---

[1] Aluna do Curso de Ciências Sociais, colaboradora voluntária do PIBEX 2009. (inae_ajsi@hotmail.com).

[2] Aluna do Curso de Ciências Sociais, colaboradora voluntária do PIBEX 2009. (tayananascimento@hotmai.com).

METODOLOGIA

A metodologia escolhida foi a análise do contexto dos grandes projetos de Hidrelétricas e sua interferência nas comunidades tradicionais no alto Madeira, com bases em artigos científicos sobre o Rio Madeira e outros rios que sofreram processos idênticos. Sendo o 1° nível: Compilatório (coleta de dados); 2° nível: o Correlativo (comparação de dados); 3° nível; Semântico (Cruzamento e obtenção de dados); 4° nível: o Normativo (geração de produtos). 1° nível: referências históricas – A origem da comunidade. 2° nível: estudo em campo – Entrevistas qualitativas semi-estruturadas com os moradores da agrovila Novo Engenho Velho e com as empresas responsáveis pelas obras. 3° nível: intersecção do material teórico e das entrevistas – Cruzamento dos estudos e dados obtidos. 4° nível: Analisar todos os itens anteriores, e a partir destes materiais, avaliar resultados e gerar conclusões.

ENGENHO VELHO: LOCALIZAÇÃO, CARACTERISTICAS E HISTÓRIA

Esta comunidade está localizada à margem esquerda do Rio Madeira, na vazante da cachoeira de Santo Antônio, distante de Porto Velho aproximadamente cinco quilômetros, quando o acesso é feito pelo porto do Cai'nágua. E a oito quilômetros, dos quais um por água (travessia do rio), quando o acesso é por Santo Antonio, margem direita do Rio Madeira.

O nome da comunidade surgiu devido à existência de um engenho de moagem de cana para a fabricação de cachaça, que funcionava a uma comunidade pertencente a espanhóis. Ao longo dos anos, com a mudança de proprietários e a desativação do engenho, as pessoas passaram a se referir ao local como "Engenho Velho".

Esta comunidade era formada por nove propriedades com áreas variando entre 12 e 228 hectares. Possuía 24 moradias, típicas de comunidades ribeirinhas, com suas frentes voltadas para o Rio Madeira. As propriedades que compunham o Engenho Velho possuíam mais de 80% de suas áreas florestadas devido ao modelo de exploração praticado pela comunidade. Existia um igapó (trecho de floresta onde a água, após a enchente dos rios, fica por algum tempo estagnada) cortando transversalmente as propriedades. Este igapó contribuía para a manutenção do estoques de peixes e para o cultivo de frutas silvestres.

A comunidade possuía os serviços de energia elétrica e telefonia móvel. Os veículos de comunicação eram via rádio e televisão.

As crianças e jovens em idade escolar, que freqüentavam as salas de aula, estudavam em escolas próximas como, por exemplo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Santo Antonio, localizada na margem direita do Rio Madeira e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ermelindo Brasil, localizado próximo à comunidade de São Domingos, na Margem esquerda do Rio Madeira.

A PESCA NO ENGENHO VELHO E NA AGROVILA

Escolhido por sua localização estratégica, o Rio Madeira compreende os estados brasileiros do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, e ainda porções do território boliviano e peruano. É o segundo maior rio da Amazônia, considerado um tesouro de biodiversidade, abrigando mais de 750 espécies de peixes, Através de um conjunto de processos e fenômenos.

A afetação da biodiversidade e inundação de terras compromete de igual modo à subsistência e a segurança alimentar da população da região, dependente fundamentalmente da pesca. Os impactos previstos na composição da ictiofauna, com a construção das barragens Santo Antônio e Jirau, bem como a restrição das áreas de captura, significam a decomposição gradual das condições de vida de todas as comunidades ribeirinhas que vivem ao longo do Madeira, não apenas aquelas afetadas diretamente pela formação dos reservatórios. Além disso, a falta de acesso serviços básicos, sempre foi um problema crônico nessas comunidades. Nas entrevistas selecionamos alguns depoimentos que consideramos representativos da percepção da comunidade quanto a seu futuro:

"As comunidades atingidas não sabem direito o que vai acontecer; falta consulta pública; tememos que a construção da represa cause inundação permanente; levará prejuízo, às atividades de caça e pesca".

"O prejuízo ambiental é certo e deve ser pelo menos, amenizado, O prejuízo sócio ambiental dos pescadores também deve ser tratado de forma semelhante".

A pesca de subsistência e sua importância para as populações ribeirinhas não foi devidamente estudada pelos empreendedores e por isso processos alternativos de geração alimento e renda, e processos de transição, não foram programados e discutidos.

Quando se trata da pesca comercial é importante notar que a Cachoeira do Teotônio será inundada pelo reservatório da hidrelétrica de Santo Antônio e, portanto, as populações de dourada e filhote que sempre ali se concentravam, por conta da dinâmica específica da piracema dessas espécies, irão apresentar outra distribuição, bem como sofrerão significativa diminuição em termos absolutos. Os sistemas de transposição de peixes previstos para as usinas do rio Madeira não foram testados previamente e os próprios estudos oficiais admitem a falta de certeza quanto ao seu funcionamento.[19]

[19] Um dos pareceristas contratados pelo IBAMA admite que "não há, entretanto, estudos similares para reservatórios menores ou com águas mais túrbidas e velozes (baixo tempo de residência), como é o caso dos dois projetados para o rio Madeira. Embora possa apresentar resultados distintos, o fato dois peixes migradores e suas fases iniciais terem que transpor dois reservatórios a jusante confere um grande grau de incerteza em qualquer prognóstico sobre o tema." (AGOSTINHO,2007)

A respeito das condições de pesca, fundamentais para a subsistência da população ribeirinha, relatam várias denúncias de pescadores artesanais sobre abuso de poder de polícia por parte de técnicos da SEDAM - Secretaria Estadual de Meio Ambiente - que vêm promovendo a apreensão dos seus instrumentos de trabalho sem nenhuma justificativa, pois seus instrumentos são compatíveis com os definidos como pesca artesanal e estas apreensões ocorrem em períodos em que à pesca é legal, ou seja, não nos períodos de defeso.

> "De qualquer forma, resta claro nos estudos apresentados à confirmação da singularidade ambiental da região no que diz respeito à biodiversidade de peixes e à interdependência reprodutiva com outras bacias hidrográficas, que compõem a bacia Amazônica". A diversidade das espécies de peixes também é comprometida: pelo menos 20% das espécies mundiais, mais de 9000 espécies de peixes de água doce, têm sido extintas ameaçadas ou colocada em risco''. (Switkes, 2008)

Peixes migradores, os chamados "grandes bagres" como a dourada, piramutaba, filhote, entre outros, que tem maior valor comercial, já estão rareando nos mercados de Porto Velho. Sabe-se, por experiências verificadas em outras hidrelétricas, que inicialmente ao enchimento dos reservatórios, pode haver um aumento da quantidade de capturas, mas, logo em seguida, este volume é reduzido e também há uma mudança na variedade disponível, predominando espécies carnívoras de menor valor, a ponto de comprometer a vida das comunidades que vivem da pesca.

Por serem animais acostumados à dinâmica (velocidade, turbidez, oxigenação, variação segundo a estação do ano) das águas do alto e do baixo Madeira, qualquer alteração ocorrida, especialmente em seus marcos divisórios(as cachoeiras), comprometem suas condições naturais de adaptação em que os peixes se deslocam para atender suas necessidades vitais, vinculadas ao processo reprodutivo.

Os impactos dessas duas usinas em um dos rios mais piscosos do Brasil se estendem portanto à toda população da região amazônica. Soma-se a isso o problema não resolvido da retenção dos sedimentos a montante dos reservatórios e que comprometem a agricultura de várzea a jusante. Ribeirinhos, garimpeiros, povos indígenas, pequenos agricultutores e as populações urbanas que vivem ao longo do rio Madeira, serão atingidos, direta e indiretamente.

A partir do aprendizado contínuo e tradicional, a antiga comunidade de Engenho Velho, sabia se valer dessa dinâmica que acabava por se mesclar ao seu modo de vida. A expressão material dele são suas canoas, voadeiras, atracadouros flutuantes, redes, malhadeiras, tarrafas, linhas de pesca bordadas e rebordadas.

Atualmente a agrovila de Novo Engenho Velho sofre com a proibição de tirarem seu sustento do rio, pois são vigiadas 24 horas pela polícia ambiental, para que não ocorra "violação da lei". É compreensível que em época de piracema não seja permitida a pesca. Porém tirar essa atividade de comunidade que por sucessivas gerações viveu e sobreviveu disso, sem que se ofereçam alternativas(criação de peixes)imediatas, é um duplo atentado aos costumes da antiga comunidade(que tenta

sobreviver) e à sua forma de sustento.

Há relatos que já estão ocorrendo alterações na composição da fauna íctica devido a mudanças na dinâmica da água; perdas de diversidade e área de desova. Alguns moradores se arriscam a pescar para consumirem próprio, mas, segundo eles a quantidade e a qualidade não são mais as mesmas que na antiga localidade.

AGRICULTURA RIBEIRINHA

Uma das principais fontes de renda e de subsistência para as comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, e também na antiga Engenho Velho, provêm ou provinha do plantio de hortaliças, mandioca, abóbora, feijão, milho e melancia. A comunidade de Engenho Velho sempre se valeu da várzea para plantar, com muito resultado, devido à fertilidade natural das barrancas. Entretanto, na Agrovila ocorre o inverso e o processo de plantio é praticamente improdutivo.

O local para o qual a comunidade do Engenho Velho foi remanejada, possuí terra imprópria para a agricultura típica dos ribeirinhos. Trata-se de um terreno de cascalheira com pequena retenção de umidade e de matéria orgânica. E não conta com benéfico ciclo natural do rio que formava uma várzea extremamente propícia para a agricultura. Reclama João Antonio, morador da agrovila Novo Engenho Velho, por nós entrevistado.

> "Por mim não sairia do Engenho Velho, mas não tinha como. Além disso, a empresa prometeu muita coisa que não cumpriu. A terra aqui é ruim para plantar e os peixes que eles prometeram 15 quilos por mês, não chegam"

A renda e a alimentação das famílias do Engenho Velho provinha de fontes polivalentes: a agricultura, a pesca, a produção de farinha, a caça e o extrativismo. Os moradores relataram-nos, que faturavam mensalmente em média 1.500 reais, caso se contabilizasse a produção de subsistência. Sem contar que a renda mensal era fruto do trabalho integral da família e tinha áreas de plantio próprias e com terra fértil. Na agrovila o contexto é totalmente divergente. A "área de produção", disponibilizada para os realocados na prática é improdutiva nas condições em que se encontra, pois inapropriada para o cultivo. Esta área de produção se dispõe de forma coletiva, descaracterizando a dinâmica do modo de vida anterior. A situação da comunidade é alarmante, pois no período de mais de doze meses a plantação se mostra incipiente, com crescimento lento e irregular, preocupando os moradores. Além disso, dos três hectares prometidos à cada família, apenas um ou no máximo dois hcetares foram de fato disponibilizados.

Nesse período, do remanejamento o presente momento, a comunidade teve seu sustento baseado quase que exclusivamente no plano de compensação pago pela Santo Antonio Energia. Essas "contribuições" pagas mensalmente representam, na maioria dos casos, o que os moradores ganhavam em uma semana de trabalho. O que mais

preocupa a comunidade portanto é sua fonte de renda, pois esses planos estão previstos para serem encerrados em Abril de 2010. E se forem depender da terra em que foram assentados, a produção não será viável e serão obrigados a deixar suas casas, que é o que lhes resta.

Conclusão

Através das pesquisas feitas com os moradores da agrovila percebemos que há um elevado nível de insatisfação quanto ao local para o qual esta comunidade foi remanejada, o que denota ausência ou insuficiência de discussão do Consórcio Santo Antonio Energia(SAESA) no processo de negociação do deslocamento. No curto prazo, porém o que mais inquieta os moradores da agrovila é a questão da fonte de renda. Pois houve a extinção de suas atividades produtivas originárias, exemplo maior está na proscrição da pesca. E não foi apresentada nenhuma alternativa que possa substituir essa atividade.

No processo de construção das usinas o IBAMA aprovou o Projeto Básico Ambiental (PBA) apresentado pelo Consórcio SAESA em que constam formalmente alguns direitos das comunidades ribeirinhas. Com base no PBA, O Programa de Remanejamento da População Atingida é um dos subprogramas deste projeto. Nos marcos dele há um Sub-programa que dispõe sobre reorganização das atividades produtivas. Ainda que genérico, ele propõe ações para a recuperação, e sempre que possível, a melhoria das condições de produções de agricultores, pescadores, trabalhadores do garimpo e outros, que exercem suas atividades nas áreas afetadas pela UHE Santo Antônio (PBA Santo Antonio, Sessão Vol. 3 p. 325). Entretanto o que ocorre na prática é a ausência de mecanismos de monitoramento e fiscalização, o que favorece o descumprimento impune dessas metas. Pois como foi citado anteriormente, os moradores da Agrovila estão impossibilitados de pescarem e de praticarem uma agricultura minimamente viável, nas atuais condições.

A partir desta pesquisa e dessa vivência com a comunidade, o que notamos é que para implementar o projeto do Complexo do Rio Madeira, o Poder Público, em especial o Governo Federal, permite que sejam violados os direitos e o modo de vida das comunidades tradicionais. Interesses corporativos dos grandes consumidores de energia do centro-sul do país somados com interesses de grandes empreiteiras estão se sobrepondo ao interesse público. Fica claro o predomínio de um planejamento privado de curto prazo voltado para inserir a região no bojo da Iniciativa da Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), projeto este que visa potencializar o potencial primário-exportador dos países sul-americanos através de obras de infra-estrutura.

Continua faltando um planejamento de outro tipo para que a região amazônica possa encontrar o caminho de um desenvolvimento equilibrado, integrado e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Antonio A. :**Parecer sobre o mecanismo de transposição previsto para os reservatórios de Santo Antonio e Jirau**. Brasília. IBAMA/DILIQ, em 25 de abril de 2007.

LEONEL, Mauro. Sociedades e natureza (cap.09). *In* **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: 1998, 215-250

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética**. São Paulo 2008.

REDE BRASIL, Sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Revista **Contra Corrente.** Brasília 2009.

SWITKES, Glenn. BONILHA, Patrícia. **Águas Turvas, alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas.** São Paulo, 2008.

Novo Engenho Velho: Ribeirinhos em Luto

Flávia Ferro Costa Veppo[20]

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

flavia.veppo@hotmail.com

Agrovila de Novo Engenho velho (2), localizado no município de Porto Velho

RESUMO

[20]F. VEPPO é acadêmica do curso de Ciências Sociais e do curso de Psicologia e pesquisadora voluntária no PIBEX 2009.

Este artigo irá analisar e discorrer sobre a problemática do luto que vem sido vivenciado pela comunidade ribeirinha do Novo Engenho Velho, localizado no município de Porto Velho. Assim como, discutir as políticas de realocação aplicadas pelo proponente do empreendimento, e o transtorno não somente afetivo, mas simbólico de seu bem estar físico e emocional, comprometendo deste modo, a saúde mental destes moradores. Tendo como norte a construção das hidrelétricas, que se apresenta enquanto principal determinante para o remanejamento da comunidade.

Palavras-chave: *Ribeirinhos; Luto; Realocamento.*

Contexto e Luto

As construções de duas hidrelétricas no Rio Madeira, estão inseridas no plano de Aceleração do Crescimento - PAC. Estas construções têm desencadeado uma série de danos, com projeção cumulativa e crescente, sendo que o conjunto retratado por este artigo, é composto por aspectos subjetivos dos moradores remanejados de seus lares, em em razão direta da construção destas hidrelétricas, que remetem à forma de habitação em que estes se encontram em comparação à forma anterior.

Devido à necessidade de delimitação do estudo, escolhemos apenas uma dessas áreas populacionais que têm sido afetadas, mais exatamente a comunidade Novo Engenho Velho, uma comunidade ribeirinha próxima à cidade de Porto Velho. Fato é que, ao serem retirados de sua morada, os ribeirinhos estão imersos em um processo de falta, ou seja, de um pesar, de uma "perda" que é denominado luto. "O luto de modo geral é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém e assim por diante". (FREUD, 1917, p.275).

Portanto, a abordagem será dada à essa "perda" que os ribeirinhos vêm sofrendo, assim como, suas conseqüências e o modo que este pesar é representado como sintoma de morte, por estes moradores. Diante deste contexto, o referencial utilizado será o de Kovács (1992) e Kübler Ross (1998). Para conceituar o luto, o referencial adotado foi o artigo de Freud (1917) "Luto e Melancolia". Nassio (2007) permeará a perda de um objeto significante e as formas com que este causa dor. Freud (1920) em "Além do Princípio do Prazer" nos embasará para discussão referente à influência que nos causa a pulsão de morte.

Será traçado um paralelo com a perda da referência cultural e da identidade coletiva, visto que tais perdas se refletem no cotidiano destes. A identidade será retratada por Maheirie (2002), relacionado ao conceito psicanalítico de identificações, assim como Bauman (2005) que faz uma vinculação entre modernidade e a identidade. Algo importante a ser ressaltado neste artigo é que a partir deste processo, os detentores de poder:

> passam a controlar e necessitar de outros territórios para fins de dominação das bases naturais para atender seus interesses, uma dominação ideológica e cultural sobre o povo, enfim, o controle absoluto de territórios, tidos como grandes quintais para abastecer grandes metrópoles. (MAB, 2009, p. 180-181).

Moradia

Além da cultura como parte da identidade do ribeirinho, a casa também representa uma extensão do sujeito, pois ela irá relacionar-se com a identidade deste. Para melhor explanação, utilizaremos como referencial Vasconcelos (1998), para demonstrar que não apenas a casa tem relação com a identidade, mas a formação do grupo, assim como, a relação inter-pessoal desse indivíduo na comunidade que, também é uma parte da interioridade do ribeirinho. Para apontar a relação grupal utilizaremos principalmente trabalhos da Psicossociologia, Enriquez (2001) e Castro et al (2001).

Sendo a construção das hidrelétricas um aspecto no processo "civilizatório", sabemos que tal processo também traz um "mal-estar" para os que têm sua cultura usurpada de múltiplas formas. A desapropriação dos ribeirinhos, a devastação ecológica, o inchaço urbano de Porto Velho, são exemplos desse mal-estar, e esse contexto já era refletido por Freud (1930) no texto "O mal-estar na civilização".

> A perda da referência cultural também pode gerar luto. Cada vez mais pessoas migram de suas cidades para ganhar a vida nas metrópoles. A mudança pode acarretar na perda da referência cultural daquele lugar e com isso, a pessoa se sentir isolada, não pertencente à nova realidade. (Cícero, 2006, p. 72).

Ocorrendo isso, o ribeirinho também será mais uma vítima do processo civilizatório, relatado por Freud (1930). Toda sua maneira de viver, de sobreviver, de amar, tem sido esmagada por este "desenvolvimento da civilização", já que exige de uma forma ou outra, que façamos uma série de restrições de instintos em prol da vida humana em sociedade, toda sua subjetividade e vida afetiva é desconsiderada em prol do "avanço civilizatório".

O sofrimento que observamos dessa perda de referência cultural original, ocorre com os apátridas, os sem pátria e sem lugar, povos que por motivos diversos tiveram que abandonar suas terras para viverem em um lugar onde não encontram um eixo cultural referenciador. Assim, os ribeirinhos do Novo Engenho Velho, irão ter um sofrimento semelhante ao dos apátridas e refugiados, uma vida que se desenrola diante deles que não mais lhes pertence, em uma cultura que não é a deles, não sabendo como atuar nessa realidade, podendo ou não conseguir adaptação nessa nova realidade, a depender estrutura de personalidade de cada um e da resolução do luto.

A casa de uma pessoa pode representar a subjetividade que emana do sujeito, assim como, a leitura ou interpretação desse habitar, pode apresentar de forma subjetiva sua constituição familiar ou de sua comunidade. Muitas políticas de realocação aplicadas pelos proponentes do empreendimento, não vêm dando certo, pois as casas construídas nesses projetos às vezes podem ser casas que não conseguem corresponder às necessidades das comunidades e devido a isso ocorre uma resistência dos moradores em deixar suas antigas residências (subjetivamente). Podemos dizer que em certo ângulo esses programas são falhos e/ou negligentes.

> O fato de que essa residência existe, ela deve ter tantas razões de ser na própria subjetividade do habitante; que essa subjetividade e essa resistência variam conforme os sexos. Homens e mulheres não percebem a habitação da mesma maneira. Não se pode reduzir a fatores sócio econômicos as diferentes maneiras de habitar. (Vasconcelos, 1998, p. 132).

Desapropriar uma pessoa de sua casa não é apenas retirar uma parte dela própria. Isso não é apenas um termo psicanalítico, é qualidade de vida, a casa é um espaço físico em que o sujeito está diretamente ligado e representado.

> Na auto-estima do corpo próprio e da sexualidade, com repercussões diretas sobre a saúde, o bem estar físico e emocional, os relacionamentos afetivos e sociais, a atuação profissional, enfim tudo o que se relaciona com qualidade de vida. (Vasconcelos, 1998, p. 135).

A desapropriação das casas dos ribeirinhos não irá afetar apenas a sua ligação afetiva com o conteúdo simbólico desta, o seu bem estar físico e emocional também serão afetados, portanto a perda de uma casa é um fator de comprometimento da saúde mental. Entre o homem e a casa existe uma série de trocas simbólicas.

A arquitetura de uma habitação além de apresentar o conteúdo subjetivo de seus moradores, também carrega toda a cultura de uma civilização, para que a cultura de um povo seja transportada de um lugar para o outro, ela também transporta o seu aspecto físico, isso se dá na arquitetura das casas. O homem ocidental tem uma necessidade de carregar toda a carga simbólica de sua cultura de um lugar para o outro. A arquitetura das casas também faz parte da identidade de um povo.

O território onde um grupo se localiza, funciona como "lócus simbólico", é o lugar onde o grupo demonstra sua existência, é o espaço geo-simbólico onde a cultura demonstra suas singularidades. Existem dois tipos de espaço, o vivido e o cultural, o primeiro é o espaço vivido, objetivado e ordenado onde se realizam as atividades cotidianas, o espaço cultural transcende o espaço vivido, pois é um espaço geo-simbólico onde existe uma comunhão de signos e valores.

Nas políticas habitacionais é bom atentar a esse espaço geo-simbólico para que não ocorram possíveis desajustes ao deslocar grupos ou etnias de seus territórios. A preocupação é que se faça uma geografia cultural, pois o elo de uma sociedade está na forma como está estruturado seu território físico e cultural. Ao deslocarem os ribeirinhos afetados pelas hidrelétricas, os responsáveis por essa realocação devem estar atentos para que o local do reassentamento, faça parte do espaço geo-simbólico do ribeirinho. "A habitação é um lócus privilegiado para se entender a cultura popular". (Vasconcelos, 1998, p. 149).

Estudar a relação dos seres humanos com sua casa e quais as necessidades que essa cumpre, é uma das maneiras que podemos entender uma cultura, pois as relações nesses espaços refletem de maneira micro, o todo de uma cultura.

> Observar as próprias habitações, suas formas e divisões, ligando-as aos costumes, crenças e ao comportamento... a ligação entre comportamento (forma de vida) e forma construída – esta seria sua

> materialização; ambos influenciando-se mutuamente. (Vasconcelos, 1998, p. 151).

Portanto, as casas dos ribeirinhos também são uma parte de sua identidade, de sua ligação afetiva, onde está presente a vida pulsional.

Representações de Morte

Cada um de nós traz dentro de si uma "morte", ou seja, sua própria representação de morte. A forma como vemos a morte influência a nossa maneira de viver, fazemos obras e filhos para a perpetuação de nosso ser, na busca de uma imortalidade. Assim, para não pensarmos somente na morte existem mecanismos de defesas psíquicas que protegem o ser humano, mas também a restrição de se encarar a morte como um fato natural. (Kovács, 1992).

Kovács (1996) em seu artigo "A Morte em Vida" comenta que nem sempre a simbolização da morte se relaciona com a morte biológica, em muitas situações da vida a morte se instaura durante a vida, a partir de uma situação de perda de status, de profissão, de moradia. Assim, podemos pensar que o ribeirinho com a perda de parte de sua história, do seu referencial, também sofra uma perda significativa no ego, uma perda da sua identidade.

Durante a vida, o homem possui vivências de morte e tais são sentidas como dor, ruptura, interrupção, desconhecido, tristeza. "mas se observando melhor, vê-se o espectro da morte – fim de uma situação ou estado: adolescência, viagens, entrada na universidade, casamento, nascimento do filho". (Kovács, 1996, p. 12), ou seja, a morte não está presente somente em situações dolorosas e tristes, mas também em festejos e rituais de passagem. Em ambas as ocasiões em que se presencia a morte em vida estão envolvidas perdas, medos e tristezas, ritos de passagem, têm como objetivo, "dar um empurrão" para o novo período da vida.

"Manter-se no estado anterior, a eterna criança, o estudante perene, pode representar estagnação e, portanto, também é um tipo de morte". (Kovács, 1996, p. 12). Assim, Kovács (1996) afirma que o marasmo, a rotina, a estagnação, também é simbolizada como uma morte em vida. Largar a criança que somos e tornar-se um adulto, significa desenvolvimento, assim, largar a rotina e partir para o novo é desenvolver-se.

> As pulsões de Eros estão ligadas ao crescimento, desenvolvimento, integração, reprodução e manutenção da vida; as pulsões de Thanatos desintegram a vida e representam o estado inorgânico da morte. Eros\Thanatos estão fundidos e quando ocorrer a difusão, a pulsão de morte se encontra livre, em situação de grande sofrimento físico, mental e social. (Kovács,1996, p. 13).

Devido ao fato citado anteriormente, ocorrem várias situações de morte em vida como suicídios crônicos, invalidez neurótica, conflito entre a vontade de viver e morrer,

ou seja, o indivíduo sofre a ambivalência de erotização e destruição, tais fatos também podem ocorrer devido à morte de um ente querido.

No luto por morte existe um sentimento de perda da pessoa querida, e sente-se que uma parte de si morreu. No luto por perda ocorre a mesma situação, porém não ocorreu a morte. Na separação de casais, o indivíduo para elaborar o sentimento de perda, precisa matar o outro dentro de si e morrer para o mesmo, tudo isso de maneira simbólica.

O medo da perda ocorre porque o sentido da vida pode ir embora com o objeto perdido, provocando uma mutilação do ego, ou seja, ocorre uma ferida narcísica. Assim, o indivíduo sente que está morrendo, o ego sente que fracassou e todos os mecanismos de defesa psíquica são ativados. Os mecanismos de defesa surgem como forma de evitar a morte psíquica e a morte biológica.

Sob o ponto de vista psicológico, o homem tem que se defender de vários modos contra o medo crescente da morte e contra a crescente incapacidade de prevê-la, e precaver-se contra ela, psicologicamente. Em nosso inconsciente, não podemos conceber nossa própria morte, e acreditamos em nossa imortalidade. Contudo, podemos aceitar a morte do próximo, e as notícias do número de mortos nas guerras, nas batalhas e nas auto-estradas só confirmam a crença em nossa imortalidade, fazendo com que no mais recôndito de nosso inconsciente nos alegramos com um "ainda bem que não fui eu". (Kübler Ross, 1998).

Luto e Melancolia

As construções das hidrelétricas no município de Porto Velho resultam em perdas para os moradores das áreas diretamente atingidas pela construção dessas usinas, tal fato resulta no processo de luto, já que segundo Freud (1917) o processo de luto se dá devido à perda de um objeto amado. Haja vista que existe um sentimento de identificação entre o lugar onde o indivíduo mora, logo, ele possui uma ligação afetiva a esse. Podemos perceber que os moradores do Novo Engenho Velho sentem o luto.

Portanto, para Freud (1917) o luto, desde que consciente, pode ser algo sadio que promova a elaboração de uma perda e a reorganização de uma vida psíquica. Porém, o próprio Freud (1917) percebe que algumas pessoas não conseguem lidar com as perdas de maneira saudável e acabam comprometendo toda a qualidade posterior de suas vidas. "Em algumas pessoas, as mesmas influências produzem melancolia em vez de luto; por conseguinte suspeitamos que essas pessoas possuem uma disposição patológica". (Freud, 1917, p. 275).

O Luto apesar de causar alguns afastamentos, é um processo normal de redirecionamento da libido para outro objeto, quando a realidade mostra que o objeto não existe, inicia-se o processo de trabalho de luto.

> O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações daquele objeto. Essa exigência provoca uma posição compreensível - é fato notório que as pessoas nunca abandonem de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo,

> na realidade, quando um objeto substituto já lhes acena. (Freud, 1917, p. 276-277).

O indivíduo vai se desprendendo do objeto perdido pouco a pouco, respeitando o princípio de realidade, o desligamento da libido em relação ao que se perdeu se dá pela hipercatexização de lembranças individuais as quais a libido está vinculada.

> A melancolia também pode constituir reação a perda de um objeto amado (...) pode-se reconhecer uma perda de natureza mais ideal, o objeto talvez não tenha realmente morrido, mas tenha sido perdido como objeto de amor. (...) o paciente não pode perceber conscientemente o que perdeu. (Freud, 1917, p. 227).

Luto e melancolia causam um trabalho semelhante no indivíduo. Ocorre que no luto o ego reclama a falta e a afetividade que antes estava ligada ao objeto, e recai daí em diante sobre a imagem deste que está no próprio enlutado. Já na melancolia o indivíduo não sabe dizer ao certo o que ele perdeu no objeto. A diminuição da auto-estima no melancólico é extraordinária. Enquanto no luto o mundo fica pobre e vazio, na melancolia é o próprio ego que fica de tal modo.

Segundo Freud (1917) a perda do melancólico na verdade é a perda de seu próprio ego. "É assim que encontramos a chave do quadro clínico: Percebemos que as auto-recriminações feitas a um objeto amado, que foram deslocadas desse objeto para o ego do próprio paciente". (Freud, 1917, p.280).

O processo da melancolia ocorre da seguinte maneira, existe uma escolha objetal e uma ligação libidinal, então devido a uma desconsideração particular a relação objetal foi destroçada. O resultado desse fato não foi o normal (trabalho de luto), mas sim algo diferente. A libido livre não foi direcionada para outro objeto, ela foi direcionada para o próprio ego e foi utilizada de maneira não especificada, e serviu para estabelecer uma identificação do ego do melancólico com objeto abandonado, assim, a sombra do objeto cai sobre o ego. Dessa forma, uma perda objetal se transformou na perda do ego e o conflito entre o ego e o objeto libidinal, numa separação entre a atividade crítica do ego e o ego alterado pela identificação. A pessoa melancólica se sente culpada por ter perdido o objeto amado.

Assim, o indivíduo por meio desse sentimento de culpa e fracasso se vinga de si mesmo, esse masoquismo é o que torna a melancolia perigosa e auto-destrutiva, pois devido ao fato citado anteriormente, há tendência ao suicídio como vontade de matar o objeto que está incorporado no ego. A melancolia pode desaparecer após algum tempo sem deixar vestígio, assim como o luto.

"O principal entrave reside em descobrir que a depressão é também uma reação da subjetividade frente às dificuldades existenciais contemporâneas, colocando-se, nessa perspectiva como sinalizadora das mazelas do homem civilizado". (Bulguese, 2004, p. 18). Nosso atual modelo de sociedade, possessivo e competitivo, se iniciou devido à ascensão burguesa ao poder nos albores da modernidade. Essa nova totalidade sócio-cultural tem levado o homem à neurose, e fez da depressão um estado recorrente em seu intento de se adaptar a uma ordem social em que os problemas e riscos continuam sendo socialmente produzidos, mas o a tarefa de enfrentá-los é individualizada. A depressão e sua contra-face, a chamada "síndrome do pânico" leva a um quadro de letargia física e

empobrecimento do pensamento, trazendo riscos a constituição da subjetividade. Com os olhos no próprio desempenho temos que por nossa conta administrar as probabilidades da auto-reprovação.(BAUMAN, 2006)

O modelo social possessivista burguês, ao subjugar cada vez mais os desejos do homem, propicia a passagem para o estado depressivo como intento vão de defesa contra todo esse desgaste que a vida "civilizada" impôe. "O sujeito burguês busca a sobrevivência pelo domínio da natureza e da organização da vida em sociedade". (Bulguese, 2004, p. 31).

O homem se rende aos psicofármacos por não conseguir realizar seus desejos, ele não procura refletir sobre a origem da dor que causa sua depressão, o homem moderno evita os conflitos internos e os confrontos. A depressão seria uma mescla de tristeza e apatia que resulta do vazio dos desejos em nome do avanço da globalização e da economia, a sociedade aboliu a idéia de que existe um conflito social, como sustenta Roudinesco (Apud Bulguese, 2004), ou seja, a depressão é um sintoma que atinge a sociedade em razão de todas as castrações das pulsões humanas, de maneira que até o conflito de classes foi silenciado, a depressão é uma resposta, em forma de sintoma, a todo esse mal-estar do processo civilizatório moderno. Não se pode manifestar o sofrimento, pois corre-se o risco de ser visto como um fracassado. Dessa forma, os psicofármacos são uma maneira de tornar o ser humano produtivo, previsível, silencioso, normalizado.

Mas quando os medicamentos tornam-se paliativos e a pulsão de morte torna-se evidente, devemos procurar um novo rearranjo interacional, e tal só pode ocorrer quando superamos conscientemente o luto. Para a morte ser encarada na família é necessário um rearranjo do sistema familiar e, como conseqüência, dá-se a construção de uma nova identidade, um novo nível de equilíbrio, de acordo com Bromberg (1996).

A Identidade e a Perda dos Ribeirinhos

Separar os ribeirinhos de sua terra onde construíram sua vida e retiram o seu sustento, onde estão ligados afetivamente, gera uma perda da identidade desses ribeirinhos. Nesse capítulo colocaremos em discussão a questão da identidade dessas comunidades intituladas "tradicionais", porque se reproduzem enquanto tais escoradas em sua memória coletiva inscrita em determinadas territorialidades. Nessas condições, a perda irá levá-las a um novo e dramático rearranjo interacional e como conseqüência disso, a sua identidade terá que ser reconstruída em uma situação de extrema vulnerabilidade.

De acordo com Maheirie (2002) a formação do eu e da identidade de um sujeito é formada por subjetividade e objetividade, corpo e consciência agindo juntos e nunca de maneira separada, ela é produto da objetividade, subjetividade e do contexto social no qual o sujeito está inserido. O contexto de um sujeito é onde ele se movimenta, constrói e produz toda a sua história.

Um dos problemas de citar identidade é defini-la, para tal, utilizamos o conceito apresentado por Sousa Matos apud Meheirie (2002), onde identidade é a síntese de identificações em curso, ela nunca é estável ou definitiva. Utilizando a literatura

psicanalítica isso se dá devido ao fato que nos identificamos com tudo aquilo que desejamos e como nunca paramos de desejar, nossa identidade está sempre em mudança. "A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de laço emocional com outra pessoa". (Freud, 1921, p. 133).

Segundo o vocabulário de psicanálise Laplanche (2001) a identificação é um processo em que o sujeito assimila características do outro, a sua personalidade, sendo assim, moldada por variadas identificações. A identificação é a forma mais primitiva de ligação com um objeto, ou seja, ele incorpora as características do objeto.

A identificação por incorporação dará parâmetros para uma série de identificações que iremos ter no decorrer da vida. Nossa matriz de identificações se dá na identificação com o nosso primeiro objeto significante. A nossa primeira identificação se dá com as figuras parentais apresentadas por Freud (1913) em seu texto "Totem e Tabu", essa identificação ocorre pela incorporação oral das características com a qual o sujeito se identifica. Identificamos-nos com todo o objeto que estamos ligados afetivamente, esse objeto nos completa naquilo que somos incompletos, mas mesmo estando ligados a esse nunca deixamos de desejar.

A identidade entrou em debate, devido aos inúmeros choques de cultura que vêm ocorrendo no mundo, esses choques se dão em conseqüência do processo migratório da padronização de uma cultura ocidental, portanto, identidade é uma questão não apenas cultural, mas também política. Culturas seculares hoje temem desaparecer sendo absorvidas por valores distintos do seu.

A perda das referências culturais e a propagação de um modo de vida urbanizado e "ocidentalizado", fizeram que a sociedade super-valorizasse a tecnologia pondo-a acima de tudo, e assim, a produção de tecnologia acaba por conferir status diferenciado a uma empresa, setor econômico ou a um país. Um cenário em que se acumulam agregados de indivíduos desorientados, ainda apegadas a seu passado e sem saber ao certo qual será o seu futuro, é propício ao desencadeamento de ondas de violência generalizada e/ou direcionadas, sendo que destas últimas as maiores vítimas estão sendo os imigrantes. (Gonzaléz, 1997).

Em analogia, podemos dizer que essa imigração não se dá apenas de região a região e país a país, como também no deslocamento de ribeirinhos, ou pessoas que tem um estilo de vida basicamente de subsistência, para realidades e espaços completamente diferentes dos seus de origem. É o que está na base da formação histórica do Brasil, país de intensa mobilidade horizontal, representada pelos sucessivos fluxos migratórios intra-zonais, especialmente no século XX. Deve se sublinhar o que foi processo de êxodo rural, em que milhões de pessoas saíram do campo para morar nas grandes cidades, com escassas chances de mobilidade vertical, ou seja, esses segmentos em trânsito, despossuídas de raízes e de saber técnico formal, foram e continuam sendo as mais prejudicadas e discriminadas na sociedade brasileira.

As pulsões são importantes na nossa vida psíquica tanto, a pulsão de vida como a de morte, levam o ser humano a seu processo de viver. A vida pulsional do ribeirinho está ligada a sua sobrevivência, aquilo que ele é ligado afetivamente e a compulsão à repetição. As pulsões estão ligadas a vida cotidiana do homem. As pulsões levam o ser

humano a sobreviver no mundo de uma maneira que ele mal se da conta da força que essa possui em sua vida.

> Acontece até de o objeto eleito ser uma coisa material tão pessoal como nosso corpo, como a terra natal ou a casa ancestral. Todos são objetos eleitos e ao mesmo tempo tão internos e tão íntimos, tão intrinsecamente ordenadores do movimento de nosso desejo que vivemos sem perceber a solidez de seu enraizamento no inconsciente. (Nasio, 2007, p. 51).

O indivíduo se adapta a seu ambiente encontrando a melhor forma de agir nesse satisfazendo sua vida física e psíquica. O prazer para o ribeirinho está na vida que ele possui, ao perder a sua comunidade, essa vida que ele construiu se despedaça, assim como sua vida pulsional. Então, ele instala a dor psíquica. O verdadeiro desprazer do pesar, não é a perda do objeto em si que nos causa tanta comoção, mas a cadêcia pulsional que ele proporciona.

Dona Amazonina, antiga moradora da Comunidade de Engenho Velho, realocada na agrovila, nos mostra aquilo que a faz estar ligada afetivamente ao modo de vida que continua inserida, apesar do deslocamento, de como ela gostaria de morar em um local próximo de sua antiga moradia, pois ela saberia como agir neste local, e suas pulsões seriam menos afetadas se seu desejo se concretizasse e a perda seria menos dolorosa.

Ela, e os outros moradores, sofrem por não saberem como irá ocorrer a sua sobrevivência futuramente, como esta é diretamente ligada à cultura da pesca, uma das restrições que o ribeirinho emigrado sofre, pois a pescaria era o alicerce de sua cultura e sobrevivência, logo, eles possuíam (e continuam possuindo potencialmente) uma forte ligação afetiva com a pescaria.

O luto melancólico espelha a real perda dos ribeirinhos nessa comunidade. O que os aflige é o modo como foram removidos para um meio em que não conseguem se adaptar, obrigados a incorporar um estilo de vida no qual o ribeirinho não está acostumado a lidar. Nós todos sentimos temor pelo desconhecido, pelas mudanças, especialmente quando elas são involuntárias, mais ainda quando não estamos preparados para elas.

Notamos na pesquisa, que a maioria considera uma situação limite, um "arraso" no dizer de muitos, ter que começar do zero uma nova vida, como se ele tivesse falhado na missão de dar continuidade a sua vida. O mal-estar para eles, está no fato de terem sido obrigados a refazer a cadência pulsional de sua vida, o que é um processo lento e doloroso. Para conseguir essa nova vida, o luto deverá ser superado, e como seu fator ocasionador foi uma "grande obra estruturadora", um grande projeto de "interesse do Brasil", é dever dos empreendedores e das autoridades públicas do país, fornecer todas condições, em termos materiais e de recursos humanos, para tanto.

O que há de crucial nessa discussão, sobre a vida pulsional ribeirinha, é a invasão do seu ritmo pulsional singular e precioso. Como fora dito anteriormente Bauman (2005) diz que vivemos em uma sociedade líquida onde tudo se comporta de maneira fluída. Os ribeirinhos possuem um ritmo pulsional lento, indiferente ao ritmo

fluído que impera na sociedade ocidental. Os ribeirinhos possuem uma visão da cidade como um ambiente hostil em que o caos urbano e o movimento da cidade os assusta. Assim, ele valoriza a calmaria de sua vida, a tranqüilidade que a comunidade lhe proporciona.

Freud (1920) em seu texto "Além do Princípio do Prazer" nos falou sobre a Pulsão de Morte e de como ela sempre busca a repetição em nossa vida, repetição esta que é responsável pela nossa adaptação a um ritmo pulsional, que sacia nossas tensões e nos mantêm sobrevivendo no espaço que estamos inseridos. A vida desses ribeirinhos está ligada a manutenção da sua vida pulsional, ao ritmo das relações, do trabalho, do lazer, do descanso, tudo isso está ligado às pulsões a invasão do ritmo por pessoas de fora do grupo incomodam os ribeirinhos e transformam sua vida.

A pescaria e o agroextrativismo são os fatores responsáveis pela manutenção da vida pulsional do ribeirinho, sua interação com o mundo depende em boa parte de como está o ritmo da pesca e da agricultura de várzea. Quando se proibiu a pescaria, e foram oferecidas áreas de produção em terrenos impróprios, houve um incômodo geral entre os ribeirinhos. O incômodo frente à proibição da pescaria e inviabilidade do plantio, é um sinal de como os ribeirinhos estão lidando com essas mudanças, de como elas estão afetando suas vidas e a maneira como eles se sentem invadidos por forças que agem indiferentes ao destino da comunidade. O ribeirinho já está acostumado com o modo como leva a vida em seu ambiente e se recusa justificadamente a mudar esse ritmo, isso é uma maneira de negar a vida pulsional da modernidade líquida e afirmar sua identidade e seu modo de vida.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. e CARVALHO G. **O Plano IIRSA: Na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Pará: Fundação Heinrich Böll, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BROMBERG. Maria Helena. **Luto: A Morte do Outro em si.** In Bromberg, Maria Helena. Vida e Morte: Laços de existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

BULGUESE, Maria Silva. **Depressão & Doença Nervosa Moderna**. São Paulo: Via Lettera: FAPESP, 2004.

CÍCERO, Talita. **De Bem com o Luto.** In Revista Psique Ciência e Vida, número 8. Editora Escala: São Paulo, 2006.

FREUD, S (1920). **Além do princípio do Prazer (1920),** In Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XVIII). Rio De Janeiro; Imago 1976.

FREUD, S (1917). **Luto e melancolia**. In Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1913). **Totem e tabu.** In S. Freud. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol.XIII). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GONZALÉZ, Juan Carlos. **O que é a Identidade dos Povos?** In Boletim v.4: 1997.On Line. Disponível em www.causanacional.net/index.php?itemid=96 Acesso em: 4 de Out. 2009.

KÜBLER ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOVÁCS, Maria Júlia. **A Morte em Vida**. In BROMBERG, Maria Helena. Vida e Morte: Laços de existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade.** in Interações v.7: São Paulo, 2002. On Line. Disponível em scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1413-29072002000100003&script=sci_arttext Acesso em 10 de Novembro. 2009.

VASCONCELOS, Naumi. **Qualidade de vida e Habitação**. in CAMPOS, Regina H. (org.). Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade a autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

6. CONTINUIDADES E DESDOBRAMENTOS

A partir de maio de 2009 teve início nosso programa de pesquisa e extensão com a participação de graduandos em ciências sociais, seis deles logrando produzir artigos que seguem adjuntos neste relatório(item 7). Novos pesquisadores voluntários já aderiram ao grupo este ano, e estão dando prosseguimento à agenda por nós estipulada.

Estamos procurando utilizar o ferramental da Avaliação de Equidade Ambiental-AEA para identificar abusos, negligências e defasagens na implementação dos programas de remanejamento e de compensação dos Consórcios em 5 comunidades ribeirinhas ameaçadas/atingidas (Mutum-Paraná, Jaci-Paraná, Joana D'arc e a agrovila Novo Engenho Velho).

Também estamos iniciando uma parceria com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia- PNCSA, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner da Universidade Federal do Amazonas, procurando estabelecer um mapeamento inédito, que se dê no decorrer do processo de deslocamento, das comunidades originais para os locais de reassentamento.

A aplicação da metodologia de Avaliação de Equidade Ambiental, e da aplicação do auto-mapeamento assistido de que trata do PNCSA no presente projeto pesquisa e extensão, para analisar o licenciamento e a execução de obras de grande impacto social e ambiental, como as usinas no rio Madeira, disponibiliza informações críticas, sistematizadas e georeferenciadas, que contribua para que se chegue a um novo patamar organizativo das comunidades e movimentos envolvidos.